



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

JAMILE FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**OS FIOS INVISÍVEIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTE AS IMPOSIÇÕES
DO MERCADO: Programas de Qualificação Profissional no município de
Cachoeira – Bahia (2013-2015)**

CACHOEIRA – BA
2016

JAMILE FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

**OS FIOS INVISÍVEIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTE AS IMPOSIÇÕES
DO MERCADO: Programas de Qualificação Profissional no município de
Cachoeira – Bahia (2013-2015)**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Eduardo Alves de Oliveira.

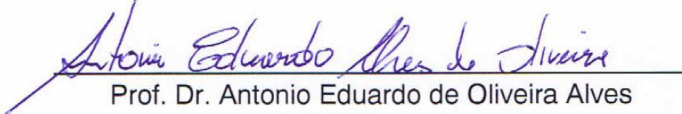
CACHOEIRA – BA
2016

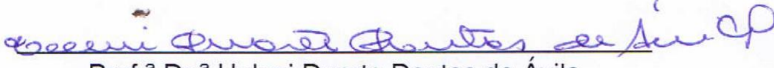
JAMILE FERNANDA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

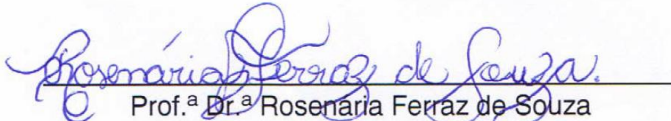
OS FIOS INVISÍVEIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ANTE AS IMPOSIÇÕES
DO MERCADO: PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – BAHIA (2013-2015).

Cachoeira – BA, aprovada em 29/02/2016.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antonio Eduardo de Oliveira Alves
(Orientador – UFRB)


Prof.ª Dr.ª Heleni Duarte Dantas de Ávila
(Membro Interno – UFRB)


Prof.ª Dr.ª Rosenaria Ferraz de Souza
(Membro Interno – UFRB)

À minha mãe, Auxiliadora
Pelo espelho de luta e sua força.
Parte de mim, semente de vida, sopro de alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Criador, ser maior que nos ilumina e protege. Aos seus ensinamentos de amor e respeito ao próximo.

Às mulheres que compõem o meu ser: Auxiliadora da Conceição (mãe), Marlene Silva (avó) e Tereza Pereira (madrinha). Minhas guerreiras, fonte de inspiração, que iluminam com alegria e otimismo o meu cotidiano, encorajando-me a enfrentar todos os desafios. Mulheres que me fizeram acreditar que todo sacrifício vale a pena.

Aos meus amores incondicionais Walter Xavier de Oliveira Filho (pai), Maria de Fátima C. de Oliveira, Maria Aparecida C. de Oliveira e Jaqueline C. de Oliveira (irmãs).

À minha Família, que sempre me incentivou e soube compreender minhas dúvidas, me ajudando a encontrar soluções nos momentos de grande aflição.

Às irmãs que conquistei ao longo desses cinco anos. Às minhas protegidas e parceiras. Quem diria que uma mudança num pau de arara nos ligaria por tanto tempo? Michele Dórea, Carine Meireles e Jessiane Sousa, obrigada por me permitirem compartilhar risos e lágrimas, dúvidas e certezas, alegrias e tristezas.

Às pessoas com quem compartilhei às tantas casas em que morei. Em especial, a Solange Cruz, com quem aprendi a não sentir tanto medo e insegurança. Com quem mais eu poderia dizer que tomei “deboche” por aí?

Aos meus irmãozinhos, Paulo Dias (Linho) e Jonney Souza (Jó), pelas palavras de apoio e carinho incondicional. Pelas tantas conversas às margens do Paraguaçu.

À minha amiga de infância, Maria Clara, por todo apoio.

À minha “*compañera*” de intercambio, Vanessa Matos, sem você o México não seria o mesmo.

A mis amigos Chapingueiros, Alberto Bustamante, Lupita Vázquez e James Rnueve. Gracias por toda calidez y atención.

Al maestro Dr. Francisco Javier Ramírez Díaz, por las enseñanzas en el curso de Sociología Rural, que siempre será recordado con admiración profesional y personal.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Eduardo Oliveira, gratidão pela paciência, seriedade e franqueza com que conduziu não só o processo de construção desse trabalho, mas, pelo respeito e pelas experiências compartilhadas em sala de aula e no Grupo de Extensão Eca nas escolas. Obrigada pela confiança e autonomia de escrita!

Aos professores que ministraram disciplinas na turma 2011.2 do curso de Serviço Social: Lúcia Aquino, Valéria Noronha, Simone Brandão, Márcia Clemente, Marcela

Silva, Heleni Ávila, Ilzamar Pereira, Rosemeire Guimarães, Silvia Arantes, Henrique Rozendo, Fabrício Fontes, Rosenária Ferraz, Bruno Durães, Diogo Valente, Maurício Ferreira, Ana Paula Comin, Edgilson Tavares, Luis Flávio Godinho, Jorge Cardoso, Wilson Penteado e Roberto Evangelista. Muito obrigada por contribuírem com a minha formação!

Agradeço também as professoras que me abraçaram nos grupos de pesquisa e extensão. Obrigada a Professora Ms. Marcela Silva pelo aprendizado no Grupo de Trabalho em Serviço Social na Educação. A Professora Dr^a. Lúcia Aquino, pelas idas a Nagé através do Grupo de Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura; e a Professora Dr^a. Heleni Ávila, pela oportunidade de estágio no CAPACITASUAS.

Às minhas supervisoras de campo, Paula Carolina e Denise Alem, que colaboraram para a profissional que eu me tornei.

Agradeço pelos cuidados que me foram dados durante esses últimos dois anos. À Mãe Dionísia pelos ensinamentos de respeito, força e fé. Ao meu padrinho Gegeu e madrinha Dona Leninha por todo carinho e anseios de proteção.

Às minhas amadas, Caroline Ferreira (Lola) e Maíra Vale. Obrigada pela paciência, pelo carinho, pelas conversas, e por todo crescimento espiritual que tive ao lado de vocês.

Por fim, agradeço ao povo de Cachoeira pela acolhida.

Das águas do mar eu vim, cheguei ao Paraguaçu e não quis voltar.

Agradecer é refazer o percurso realizado. Ao final concluo: sozinha não construiria nada!

Muito obrigada!

Não aceites o habitual como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente estudo objetiva investigar o processo de construção e implementação de Políticas Públicas de Qualificação Profissional, em tempos de precarização do trabalho, no município de Cachoeira – Bahia. Ao discutir o estágio de desenvolvimento do capitalismo, suas crises, e seus impactos nas relações e condições de trabalho, bem como nos processos de reprodução social, podemos observar às transformações societárias, que incidiram sobre diversos aspectos da vida social. Tal debate, afluído durante o percurso da disciplina de Serviço Social, Trabalho e Questão Social, levou-me a refletir sobre os reatamentos da reestruturação produtiva – substantivamente para as relações e condições de trabalho. Em um sistema de produção precário e mercantil, a qualificação profissional ganha destaque, na medida em que o mercado exige um novo perfil profissional: polivalente, criativo, empreendedor, com formação técnica geral e flexível aos interesses econômicos. Considerando o crescente número de Políticas Públicas de Qualificação Profissional no Brasil contemporâneo, opto por realizar no primeiro capítulo um remonte histórico sobre a educação profissional brasileira; no segundo capítulo situo o debate na temática marxista ao abordar a categoria trabalho e seu papel estruturante para a sociedade humana, ao mesmo tempo em que contextualizo as modificações no mundo do trabalho e as novas exigências para o trabalhador; no terceiro capítulo aponto a constituição dos planos nacionais de qualificação profissional; por fim, no último capítulo, caracterizo o município de Cachoeira - Bahia, contextualizo o processo de implementação dos programas de qualificação profissional no município e apresento os resultados da pesquisa. A relevância da pesquisa encontra-se na possibilidade de ponderar as políticas públicas de qualificação profissional, ante uma lógica de fortalecimento da empregabilidade, e saída do Estado do compromisso social e político de enfrentamento ao desemprego. Por fim, concluo que os programas de qualificação profissional possuem o grande desafio de gestar-se na contradição do modo de produção capitalista.

Palavras-chaves: Qualificação profissional. Programas de capacitação laboral. Reestruturação produtiva.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo investigar el proceso de construcción e implementación de políticas públicas de cualificación profesional en los tiempos de trabajo precario en la ciudad de Cachoeira - Bahía. Al discutir la etapa de desarrollo capitalista, sus crisis y su impacto en las relaciones y condiciones de trabajo, así como en los procesos de reproducción social, podremos ver las transformaciones de la sociedad, que se centró en diversos aspectos de la vida social. Este debate tratado durante el curso de la disciplina de Servicio Social, Trabajo y Cuestión Social, me llevó a reflexionar sobre las repercusiones de la reestructuración productiva para las relaciones y condiciones de trabajo. En un sistema de producción precario y mercantil, la cualificación profesional se enfatiza en la medida en que el mercado demanda un nuevo perfil profesional: versátil, creativo, emprendedor, con una formación técnica general y flexible a los intereses económicos. Teniendo en cuenta el creciente número de las políticas públicas de Cualificación Profesional en el Brasil contemporáneo elijo hacer en el primer capítulo una retrospectiva histórica sobre la educación profesional de Brasil; en el segundo capítulo sitúo el debate en el tema marxista para hacer frente a la clase obrera y su papel fundamental para la sociedad, al mismo tiempo que contextualizo los cambios en el mundo del trabajo y los nuevos requisitos para el trabajador; En el tercer capítulo establezco la constitución de planes nacionales de cualificación profesional; Por fin, el último capítulo, hago la caracterización de la ciudad de Cachoeira – Bahia, contextualizo el proceso de implementación de los programas de formación profesional en la ciudad y presento los resultados de búsqueda. La relevancia de la investigación radica en posibilidad de considerar la política pública de calificación profesional frente a la lógica de refuerzo de la empleabilidad, y la salida del Estado del compromiso social y afrontamiento político con el desempleo. Por último, llego a la conclusión de que los programas de formación profesional tienen el gran reto de la gestación en la contradicción del modo de producción capitalista.

Palabras clave: Calificación profesional. Programas de capacitación laboral. Reestructuración productiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01: Taxa de desemprego média – Brasil (1985-2014)

GRÁFICO 02: Pessoas de 10 anos ou mais de idade e sua situação ocupacional 2010

GRÁFICO 03: Número de trabalhadores admitidos e desligados entre 2004 e 2010 no município de Cachoeira - Bahia

GRÁFICO 04: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no Município em 2004 e 2010

GRÁFICO 05: Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal 2010

GRÁFICO 06: Evolução do número de matrículas do Pronatec no município de Cachoeira - Bahia (2013-2015)

GRÁFICO 07: Sexo dos egressos

GRÁFICO 08: Nível de escolaridade dos egressos

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Dados referentes a matrícula, frequência e evasão nos estados brasileiros

Tabela 02: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

Tabela 03: Indicadores de Vulnerabilidade Social: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

Tabela 04: Renda, pobreza e desigualdade social: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

TABELA 05: Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações – 2010

TABELA 06: Medidas Mitigadoras estabelecidas no EIA/RIMA (2009)

TABELA 07: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira, em 2013.

TABELA 08: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira (2014).

TABELA 09: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira (2015).

TABELA 10: Relação dos Cursos de Inclusão Produtiva (2015)

TABELA 11: Situação ocupacional dos egressos

TABELA 12: Correlação entre escolaridade e situação ocupacional dos egressos

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET'S – Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
EEP - Estaleiro Enseada do Paraguaçu
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FJP – Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTB - Ministério do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PEA - População Economicamente Ativa
PEQ – Programa Estadual de Qualificação Profissional
PIB – Produto Interno Bruto
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMAST – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SEST – Serviço Social do Transporte

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TCH – Teoria do Capital Humano

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. OS RESIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REMONTE HISTÓRICO	19
2. O MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	27
2.1 A centralidade do trabalho: notas introdutórias	28
2.2 Mutações do trabalho na contemporaneidade: as novas exigências para o trabalhador	32
3. OS PLANOS NACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	41
3.1 Do Planfor ao PNQ	44
4. A OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA	51
4.1 Caminhos metodológicos	52
4.1.1 Instrumentos utilizados	52
4.2 O lócus de investigação	52
4.3 Discussão dos resultados	59
4.3.1 A implementação de Programas de Qualificação Profissional em Cachoeira	59
4.3.2 A oferta de qualificação entre os anos de 2013-2015	63
4.3.3 O perfil dos egressos	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	78
APÊNDICE	83

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da conjunção de diversos períodos da minha trajetória de vida, abarca tanto os aspectos particulares, família e convivência comunitária, como experiências profissionais e acadêmicas. Ao longo do processo de graduação fui conduzida a desenvolver um olhar crítico sobre a realidade que me cerca, desvelando as contradições que permeavam meu cotidiano.

Do ponto de vista pessoal, compreender a centralidade do trabalho, suas dinâmicas, precariedade e os impactos para a subjetividade dos trabalhadores – é retomar questionamentos levantados durante a minha infância. Algumas experiências de vida me fizeram questionar porque as relações de trabalho são tão centrais ao ponto de tornarem-se determinantes dos modos de vida. Tais inquietudes, advindas da inocência de uma criança questionadora, foram instigadas no percurso da formação. Ao discutir o estágio de desenvolvimento do capitalismo, suas crises, e seus impactos nas relações e condições de trabalho, bem como nos processos de reprodução social, pude observar às transformações societárias, que incidiram sobre diversos aspectos da minha vida social.

O acesso a Universidade trazia consigo a responsabilidade do acesso ao conhecimento e o anseio de vivenciar tudo que ela poderia oferecer. O conhecimento dos pressupostos teórico-metodológicos que orientaram este trabalho de conclusão de curso foi aflorado durante o percurso da disciplina de Serviço Social, Trabalho e Questão Social, onde pude refletir sobre os rebatimentos da reestruturação produtiva – substantivamente para as relações e condições de trabalho, na medida em que postos de trabalho foram reduzidos, ocasionando o desemprego estrutural, intensificação da exploração da força de trabalho, impondo a necessidade de ajustamento das competências laborais.

Localizo nesse contexto, a flexibilização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, através da criação de um ambiente propício para a manutenção da ordem vigente. A qualificação profissional ganha destaque, na medida em que o mercado exige um novo perfil profissional. Neste contexto o desemprego é tratado do ponto de vista individual, ao invés de conjuntural.

O estudo aqui apresentado, justifica-se, além das questões assinaladas, pela possibilidade de publicizar as ações de qualificação profissional implementadas, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SEMAST, do

município de Cachoeira – Bahia. Para tal finalidade, buscou-se atingir três objetivos específicos: realizar um remonte histórico da educação profissional brasileira; compreender as modificações da reestruturação produtiva e as novas exigências para o trabalhador; investigar e sistematizar as ações de qualificação profissional realizadas no município, entre os anos de 2013-2015. Não há a pretensão, ainda que fosse factível, em esgotar a discussão proposta. A quem atende as ações de qualificação de qualificação profissional? Consiste no objetivo central que conduziu a investigação.

Nessa perspectiva, o problema que orientou o estudo está centrado na seguinte questão: Os programas de qualificação/formação/educação profissional implementados pela SEMAST no município de Cachoeira estão qualificando o trabalhador para as demandas do mercado? A hipótese formulada é que os programas de qualificação profissional foram gestados como uma alternativa para a redução do desemprego, de forma a responsabilizar, os sujeitos por sua dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, e incumbir o trabalhador a qualificar-se cada vez mais para atender as prerrogativas mercadológicas.

Utilizo, enquanto método de pesquisa e elaboração do estudo, o materialismo histórico dialético. O método marxiano nos permite apreender as múltiplas determinações sociais, para além das aparências do real, num movimento de sucessivas aproximações com o objeto, de forma a reconstruir o fenômeno investigado no nível do pensamento. Parto da aparência, da realidade imediata e por meio de mediações e decomposições dos elementos constitutivos do objeto para alcançar o cerne passível de reprodução através do pensamento.

O conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer - lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 1976, p.14; aspas do autor)

O presente estudo fundamentou-se a partir da categoria totalidade. O processo de observação da realidade de maior e menor abrangência deu-se através

das mediações necessárias. A realidade foi concebida em sua totalidade, de forma a evitar uma visão fragmentada e recortada do objeto de estudo.

A perspectiva histórica do método ocupa um lugar central e protagonista, uma vez que ao nos remetermos ao passado para refletir e interpretar o momento atual. A perspectiva dialética busca o processo de descortinamento, desvelando a realidade.

O método marxista nos permite sair do imediatismo para uma compreensão mediada da realidade, que busca uma apreensão do “real” que vai do simples ao complexo, da parte ao todo, do singular ao universal, do abstrato ao concreto e da aparência à essência das coisas.

O caminhar metodológico deste estudo refere-se, inicialmente, à leitura de textos clássicos e contemporâneos, com a finalidade de adensar as discussões empreendidas; a realização de pesquisa bibliográfica esteve presente em todas as etapas de construção desta investigação.

A pesquisa virtual na plataforma do SISTEC, disponibilizada pela Coordenação do Centro de Qualificação Municipal, foi uma das ferramentas utilizadas para o levantamento de dados sobre os cursos ofertados, os indicadores de aproveitamento e o perfil dos egressos.

A realização de pesquisas semi-estruturadas constituiu a segunda etapa do processo de investigação. Fizeram parte do universo empírico a coordenação do Programa Municipal de Qualificação Profissional e egressos do programa. Foram realizadas um total de onze entrevistas, destas dez foram realizadas com egressos e uma com o Coordenador do Programa. Recorreu-se a escrita de notas dos principais momentos da entrevista. No início da entrevista foi explicado o objetivo da pesquisa e apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com informações gerais sobre a contribuição dos entrevistados para a pesquisa e a garantia do sigilo de identidade dos mesmos.

O roteiro de entrevista da coordenação do Centro de Qualificação Profissional pontuava oito questões abertas sobre os programas de qualificação profissional desenvolvidos no município. Já as entrevistas aos egressos, consistiam em onze questões fechadas que traçavam o perfil socioeconômico, oportunidades de trabalho pós-curso, e uma questão aberta que problematizava a relevância da realização do curso de qualificação profissional. Desse modo, priorizou-se não apenas a coleta de

dados e busca de resultados, mas a reflexão sobre os impactos da realização dos cursos de qualificação profissional para os egressos.

Para a análise do conteúdo foi utilizado o estudo, a categorização e a interpretação das informações obtidas. Realizou-se a transcrição das entrevistas na íntegra, retirando dela os elementos chave para a análise e categorização por temas posteriormente interpretados.

Sinalizo a relevância da pesquisa para a reflexão sobre a criação de políticas públicas de desenvolvimento das competências laborais, de fortalecimento da lógica de empregabilidade, bem como da individualização do enfrentamento ao problema do desemprego, com a retirada do Estado do compromisso social e político de enfrentamento à lógica desestruturante do capital.

As modificações ocorridas nos processos de produção redimensionaram as relações de trabalho e as exigências ao trabalhador, dando uma importância cada vez maior à formação profissional. Deste processo de adequação surge a imposição-necessidade de elevar o desenvolvimento técnico da população, visando atender as condições para a sua inserção no mercado de trabalho, este cada vez mais exigente e especializado.

Nesse contexto surge a necessidade de uma intervenção estatal no sentido de atenuar os efeitos do desemprego por meio de políticas sociais. Sinalizo dentro dessa lógica de reestruturação, o conceito de empregabilidade, no qual é desenvolvida a ideia de que cabe ao trabalhador se qualificar para estar empregável para um maior número de postos de trabalho, trazendo a responsabilidade para ele mesmo sobre a sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

“O trabalhador precisa manter-se competitivo no mercado de trabalho; por isso, deve se preocupar em fazer cursos complementares à educação básica, de forma continuada para sua qualificação e atualização. Por isso também deve adquirir as competências necessárias para driblar um contexto bem mais excludente. O simbolismo que vem carregado na noção de competência intenta fazer do trabalhador um sujeito não-reagente, portanto disciplinado frente às exigências do mercado de trabalho. Esse é um aspecto importante para a análise da educação profissional no País” (FERREIRA, 2006, p.16).

A noção de empregabilidade transfere a responsabilidade do desemprego para o fato do trabalhador não se adequar às exigências de qualificação colocadas

pelo novo paradigma produtivo. Como se houvesse oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa, cabendo ao trabalhador adequar-se às exigências da oferta de emprego. As políticas de qualificação profissional surgem no cenário contemporâneo com o discurso de formação do trabalhador para o trabalho.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo desse estudo realiza um remonte histórico da educação profissional brasileira, de forma a trazer a tona à posição hierárquica que a educação profissional ocupou e ocupa na sociedade brasileira.

O segundo capítulo traz o debate introdutório acerca da categoria trabalho, enquanto fundante do ser social e núcleo do processo de acumulação capitalista, ao passo que dialoga com as mutações do trabalho na contemporaneidade, de forma a exigir um novo perfil de trabalhador – polivalente e multifacetado.

No terceiro capítulo apresento os Planos de Qualificação Profissional, o PLANFOR – criado durante o governo FHC e o PNQ durante o governo Lula. Apresentar os planos nos permite conhecer a orientação política dos programas nacionais de qualificação profissional.

O quarto capítulo é fruto do processo de pesquisa. Trazemos dados da investigação, como a caracterização do município, o processo de implementação dos programas municipais de qualificação profissional e dados acerca do perfil dos egressos.

Durante o caminhar da construção deste estudo, alguns dados foram sendo apresentados, principalmente durante a realização das entrevistas semi-estruturadas. Opto por apresentar os dados de realidade, sem a intenção de esgotar as possibilidades de análise.

Por fim, nas considerações finais, apresento o que pude ponderar ao longo do texto, demarcando um posicionamento acerca dos temas abordados.

1. OS RESIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REMONTE HISTÓRICO

Ao longo da história brasileira, a educação profissional tem sido dirigida principalmente às classes populares com o intuito de promover a capacitação da força de trabalho. Ao realizar uma retrospectiva histórica da educação profissional podemos avaliar como o processo de construção e desenvolvimento da educação profissional está vinculado a uma relação dual entre classes.

A educação profissional iniciou-se no Brasil com a chegada dos portugueses, no século XV, para a colonização das novas terras. Durante o período de colonização, ocupavam-se do “saber-fazer” apenas aqueles que faziam parte das classes populares, índios, caboclos, negros e colonos pobres.

O modelo educacional europeu foi importado em quase toda sua totalidade, inclusive no que tange a dicotomia em relação aos trabalhos que devem ser exercidos por cada camada social. Às camadas desfavorecidas caberia o trabalho de zelar pelo conforto cotidiano dos portugueses.

Em virtude da escravidão, a representação social das atividades laborais braçais criou um preconceito que perdura até a atualidade. Por entender que para realizar as tarefas manuais os escravos não necessitavam de instrução, a educação formal se restringia a elite burguesa, que aprendia apenas os ofícios em que não era necessário o uso da força manual; os estudantes, filhos da elite social brasileira, não demonstravam interesse pelo ensino técnico uma vez que aspiravam às profissões liberais de nível superior.

“Qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um trabalho ‘desqualificado’” (MANFREDI, 2002, p. 71). Como consequência dessa mentalidade, os ofícios manuais ficavam a cargo de escravos ou mestiços livres, que viviam em situação de marginalidade social. Aos que poderiam escolher, enveredavam pelos caminhos da educação intelectual ou do comércio.

[...] Persistia o panorama do analfabetismo e do ensino precário, restrito a poucos, uma vez que a atuação mais eficaz dos jesuítas se fez sobre a burguesia e na formação das classes dirigentes, além da tarefa dos missionários entre os índios. Uma sociedade exclusivamente agrária, que não exigia especialização e em que o trabalho manual estava a cargo de escravos, permitiu a formação de

uma elite intelectual cujo saber universal e abstrato voltava-se mais para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais. Durante esse longo período do Brasil colônia, aumentou o fosso entre os letrados e a maioria da população analfabeta (ARANHA, 2006, p. 193).

Analisando que nos primeiros anos de nossa colonização, a educação e o acesso ao conhecimento era destinado a uma pequena elite podemos compreender o enorme contingente de analfabetos. Castanho (2006) define como “adestramento” o processo de ensinar os trabalhos braçais a uma massa que irá atuar diretamente no trabalho servil aos custos do processo de escravidão, leia-se, determinados de forma impositiva e sem condições de escolhas.

A transformação do Brasil em sede do governo português (séc.XIX) desencadeou uma série de ações, que ocasionaram algumas modificações no contexto educacional. Segundo Ellis (1995), foi criada a Academia da Marinha, em 1808 e a Academia Real Militar, em 1810; as novas possibilidades educacionais foram criadas objetivando a manutenção do padrão de vida da Corte.

Em linhas gerais, a transição do Brasil colônia para o Brasil império, em 1822, significou apenas uma mudança política, não acarretando nenhuma transformação na estrutura econômico-social brasileira, que continuou centrada no trabalho escravo e na manutenção de privilégios aos grandes latifundiários.

Conforme Lopes, Faria Filho e Veiga (2007, p. 207), nesse período instaurou-se a necessidade de implantar no país a aprendizagem compulsória. A educação profissional continuava localizada como o lugar dos excluídos. Alguns ofícios eram ensinados aos que foram abandonados, aos órfãos, aos desvalidos e aos menores das classes mais pobres.

Destaco o papel assumido pelas primeiras escolas de ofícios nesse período, que passaram a assumir a responsabilidade de diminuir o analfabetismo como medida para o progresso do país. Arelada a essa crença a educação profissionalizante resguardaria a sociedade dos riscos de violência e revolta que poderiam ser acometidos pelos indivíduos pobres.

As ações de qualificação profissional apresentavam-se mais como um plano assistencial que como um programa educacional. A filantropia e a caridade encontraram brechas através dos discursos de preocupação com o agravamento

dos problemas sociais, do socorro aos miseráveis e como forma de camuflar a aparência da desigualdade social.

Os estabelecimentos de ensino de ofícios exerciam uma dupla função: retiravam jovens desocupados das ruas e lhes ensinava um ofício. Fica clara a vinculação feita entre a educação e o trabalho como mantenedores da ordem social. Destarte, o surgimento das escolas profissionalizantes, deve ser analisado no escopo de um novo contexto social – o surgimento das cidades – permeados por séculos de exploração e trabalho cativo.

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, foi um acontecimento marcante na história do Brasil. Exerceu influência sobre a sociedade e a educação nacional. O país passava por uma crise social devido ao modelo político monárquico que já não correspondia aos anseios da nação, pois não acompanhava as mudanças e transformações que a sociedade clamava.

Entre essas mudanças, necessárias e vislumbradas pela camada intelectual e influente para a governabilidade do país, estava um novo modelo de administração nacional voltado para o mercado produtivo e a relação direta da educação na formação dos brasileiros.

Nesse período, fenômenos como: o crescimento econômico brasileiro, a industrialização, a imigração e a rápida urbanização fizeram com que ocorresse um crescimento nos grandes centros brasileiros do número de operários e de indústrias. Uma nova fase despontava, o mercado de trabalho estava se abrindo. Surgia a necessidade de formação de mão de obra profissional para capacitar as pessoas que trabalharia nas indústrias.

Com base em Santos (2007, p. 212), a ideologia do desenvolvimento baseada na industrialização, passou a dominar os debates em torno de um projeto para o país, com a finalidade de atingir o progresso, a independência política e a emancipação econômica. A árdua tarefa de reorganizar o país após as sequelas causadas por uma educação pautada na discriminação decorrente da disponibilização do ensino superior exclusivamente para um público elitista revelava a tentativa de desenvolver um programa público para a população carente.

O surgimento de empreendimentos industriais, atrelado ao crescimento dos grandes centros e o incremento de serviços de infraestrutura urbana de transporte e edificações, trás em seu bojo a necessidade da criação de escolas profissionalizantes que pudessem capacitar operários para suprir a demanda

advinda do crescimento do parque industrial. Com tal demanda o país precisou não mais somente dos pobres e desafortunados para tais serviços, mas sim de pessoas interessadas em tornarem-se trabalhadores assalariados.

Em 20 de dezembro de 1906, foi apresentada a primeira proposta para criação de escolas de formação profissional, com recursos específicos. A proposta defendia que a criação de escolas técnicas poderia contribuir para o progresso das indústrias. Nesse período foram fundadas Escolas Comerciais em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A incipiente indústria brasileira contava apenas com uma produção rústica e artesanal, o que nos faz pensar que se tratava de um processo de “adestramento” para o trabalho nas manufaturas, principalmente porque esses cursos desvinculavam-se da formação teórica.

Apesar das ações governamentais as escolas de aprendizes e artífices apresentaram ineficiência devido ao insucesso de uma gestão marcada por uma estrutura ainda precária. O governo tentou algumas alternativas trazendo professores do ensino primário para capacitá-los e prepará-los para o ensino profissional, mas não se obteve êxito.

Com a finalidade de refletir as dificuldades encontradas pelo governo quanto aos rumos da educação apresento, a seguir, uma tabela com dados referentes a matrícula, frequência e evasão nos estados brasileiros.

TABELA 01: Dados referentes a matrícula, frequência e evasão nos estados brasileiros

ESTADO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	EVASÃO (%)
Amazonas	33	18	45,5
Pará	160	74	53,7
Maranhão	74	56	24,3
Piauí	52	28	46,2
Ceará	128	55	57,0
Rio Grande do Norte	151	86	41,7
Paraíba	143	112	21,7
Pernambuco	70	46	34,3
Alagoas	93	60	35,5
Sergipe	120	69	42,5
Bahia	40	30	25,0
Espírito Santo	180	52	71,1
Rio de Janeiro	209	145	30,6
Minas Gerais	32	24	25,0
São Paulo	135	95	29,6
Paraná	219	153	30,1
Santa Catarina	100	59	41,0
Goiás	71	29	59,2

Mato Grosso	108	57	47,2
TOTAL GERAL	2.118	1.248	-

Fonte: Fonseca (apud LOPES, FARIA FILHO, VEIGA, 2007, p. 213).

A sucinta passagem de Nilo Peçanha contribuiu com a instalação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados. Tais escolas foram criadas nos moldes dos Liceus de Artes e Ofícios: custeadas pelo estado; influenciadas pelo processo de industrialização; e ancoradas na justificativa assistencialista de que – livrariam os filhos das classes desfavorecidas do crime, da mendicância e do ócio – com vistas a aproveitar a sua mão de obra e livrar os mesmos da “marginalidade”. Lopes, Faria Filho, Veiga (2007, p. 214) advertem que, "apesar dos problemas apresentados pelas Escolas de Aprendizes e Artífices, esse modelo de ensino profissional foi se consolidando ao longo do tempo".

Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas projetou-se no cenário político nacional como um propulsor de uma nova ordem política, econômica e social. Conseguiu associar a sua imagem ao progresso e a industrialização do país. Com a instalação de algumas indústrias e o desenvolvimento de outras. Eram necessárias pessoas qualificadas para trabalhar na linha de produção das empresas, para tanto, surge a necessidade emergencial diante do tal "progresso" de organizar o setor educacional brasileiro para formar trabalhadores capazes de operacionalizar o sistema fabril.

Em meados dos anos trinta vivenciava-se novamente o dualismo de classes - burguesa e operária - em que o ensino preparatório para a ocupação de cargos importantes em empresas era disponibilizado apenas aos burgueses, enquanto o ensino preparatório para as funções facilmente substituíveis e menos importantes, relacionadas ao chão de fábrica, estava disponível para o proletariado. A formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constituiu-se historicamente a partir da categoria dualidade estrutural. Uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar funções intelectuais e instrumentais. (KUENZER, 2007, p. 27),

As funções do sistema produtivo caracterizavam trajetórias educacionais diferenciadas. Enquanto uma escola possibilitava uma formação intelectualizada, separada de ações instrumentais, a outra, voltada aos trabalhadores, concentrava esforços na formação profissional em instituições especializadas ou no próprio contexto do trabalho.

O processo de industrialização e modernização das relações de produção pressionou as camadas dirigentes para um posicionamento mais concreto em relação à educação nacional. Por consequência acirrou-se a dualidade entre as formações intelectualizada e instrumental, na medida em que foram ampliados números de escolas e cursos profissionalizantes.

A Reforma Capanema 1942 oficializou a seletividade, acentuando ainda mais a elitização do ensino, pois estabelecia leis específicas à preparação intelectual ou à formação profissional para atendimento às necessidades do mercado. A reforma evidenciou a importância que passou a ter a educação no país e, em especial, a educação profissional, já que foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da Economia, assim como para a formação de professores em nível médio. O principal objetivo da reforma era organizar o sistema de educação do país com vistas a adequá-lo à nova ordem econômica e social que então se configurava, carregando no seu bojo a expansão do setor terciário urbano e a constituição de novas classes sociais, o proletariado e a burguesia industrial.

Os dois primeiros sistemas 'S' que foram criados foram o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) criado pelo Decreto - Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e o SENAC (Serviço Nacional do Comércio) em 1943. Em virtude da expansão da indústria nacional, essas duas Instituições foram criadas no contexto das políticas socioeconômicas de desenvolvimento da era Vargas. O SENAI era destinado

(...) a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo país, podendo manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem". (ROMANELLI, 1980, p.166)

A burguesia industrial, através de um sistema de formação profissional paralelo e complementar à política de preparação profissional estatal, assume a tarefa de formar pelas vias técnica-política a classe operária já engajada no mercado de trabalho fabril. Desse modo, ancorado no Estado, o empresariado industrial recuperou seu projeto político-pedagógico de conformação da força de trabalho no industrialismo. (NEVES 1991)

A Criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 4.024/1961) garantiu a equivalência do curso técnico industrial aos demais cursos secundários, permitindo o acesso dos estudantes ao ensino superior; entretanto a formação dos estudantes que não desejavam inserir-se de maneira imediata no mercado de trabalho era diferente dos estudantes das escolas técnicas.

A equivalência reconhecida pela lei não foi suficiente para superar a dualidade estrutural arraigada no sistema educacional brasileiro. A lei manteve uma dicotomia entre a educação profissional e geral, uma distinção entre estudantes desfavorecidos materialmente, que precisavam trabalhar para seu sustento, e os estudantes abastados que possuíam a intenção imediata de inserir-se no mercado de trabalho.

A partir de 1964 a formação profissional torna-se central no modo de produção vigente. Durante o período do chamado “milagre econômico” (1969-1973) a relação entre trabalho e educação apresenta-se de suma importância para o crescimento da economia e a expectativa do desenvolvimento industrial passa a exigir uma demanda de trabalhadores qualificados, principalmente os de nível técnico.

O “milagre econômico” somado ao projeto de “Brasil como potência emergente” em um cenário de internacionalização da economia, concentração de capital e contenção de salários, coloca o ensino técnico no centro das mediações das práticas educativas. Além da formação para atender as demandas do mercado, a formação técnica se agregou a possibilidade de conter as demandas de estudantes do ensino secundário ao ensino superior, entretanto isso fortaleceu a organização do movimento estudantil no final da década de 60.

Em 1971 se configura a LDB nº 5.692, que estabeleceu uma trajetória única com a profissionalização compulsória no ensino médio. A qualificação do estudante para o trabalho foi uma das suas principais preocupações. Com essa lei é designado à escola a tarefa de formar uma mão de obra qualificada para atender às necessidades e exigências do mercado de trabalho.

Segundo Romanelli (1980), as inovações mais substanciais propostas pela Lei 5692/71 foram as seguintes:

- a) a extensão da obrigatoriedade escolar;
- b) a eliminação de parte do esquema seletivo das escolas;

- c) a eliminação do dualismo educacional (ensino secundário e ensino profissional) proveniente de um dualismo social mais profundo;
- d) a previsão mais objetiva dos meios de execução das reformas;
- e) a profissionalização, em nível médio;
- f) a cooperação das empresas na educação;
- g) a integração geral do sistema educacional desde o 1º grau ao superior.

A profissionalização compulsória do segundo grau trazia em seu bojo a função de formar a força de trabalho demandada pelo mercado, carente desse tipo de profissional, resultante do crescimento econômico proporcionado pelo milagre econômico e a função não manifesta, cujo objetivo seria conter a demanda por vagas nos cursos de graduação nas universidades públicas, deslocando potenciais candidatos para o mercado de trabalho. (BRESSAN 2006).

Tal fato torna-se mais evidente quando percebemos nos currículos do período uma grande quantidade de disciplinas de caráter profissionalizante e a redução de carga horária para as disciplinas de formação básica, como Filosofia, Sociologia e Psicologia; acarretando prejuízo ao desenvolvimento do senso crítico e formação de uma consciência política.

Conforme Kuenzer (2007), o modelo de ensino implantado tinha três objetivos:

- 1) Conter a demanda por vagas no ensino superior;
- 2) Despolitização a partir de um currículo tecnicista;
- 3) Preparar mão de obra qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico

Saliento que o processo de formação profissional nesse período acompanha o princípio taylorista-fordista. Partindo desse entendimento podemos identificar as influências do modelo taylorista sobre as práticas desenvolvidas na escola, destacando-se, especialmente, a divisão entre as tarefas de pensamento (destinadas aos sujeitos que planejam, decidem etc.) e as ações (voltadas àqueles que apenas executam aquilo que foi previamente determinado), o que caracteriza a dicotomia entre o trabalho intelectual e trabalho manual.

As reformas que ocorreram durante os anos de 1960 e 1970 foram influenciadas pelas recomendações das agências internacionais, e apoiavam-se nas

políticas desenvolvimentistas que buscavam assegurar a formação de capital humano capaz de acelerar o desenvolvimento econômico.

Quando, a partir dos anos 1970, o conflito capital x trabalho assume uma nova feição, passa-se a verificar novas exigências dos países de capitalismo tardio, associadas a redução dos postos de trabalho, a formas de contratação mais flexíveis que provocaram a precariedade do emprego, e do processo de qualificação profissional dos trabalhadores.

Como podemos perceber ao longo das décadas de 1940-1970, as políticas de educacionais tinham um direcionamento econômico. A grande maioria dos decretos e leis no âmbito da educação correspondia ao plano de avanço governamental na área industrial.

Na década de 1980, a política educacional brasileira referente à Educação Profissional acompanhava as transformações do mundo do trabalho. Multiplicaram-se estudos referentes aos impactos das novas tecnologias, que revelaram a exigência de profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação (FERRETTI, 1994).

A estrutura rígida de ocupações começou a ser alterada. Equipamentos e instalações complexas requerem de alguns trabalhadores níveis de educação e qualificação cada vez mais elevados. As mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a exigir uma permanente atualização das qualificações, habilitações e a identificação de novos perfis profissionais. Assim, as políticas públicas tentaram adequar-se aos novos tempos. Decerto esses novos tempos transformaram a forma de pensar a educação brasileira.

Numa conjuntura de intensas mudanças produtivas e organizacionais, a noção de competência assume grande relevância, enquanto princípio orientador das políticas que se situam no âmbito da articulação entre trabalho e educação. Conforme apresentaremos no capítulo seguinte.

2. O MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A reflexão acerca da categoria trabalho muitas vezes pode ser considerada um lugar comum enquanto objeto de pesquisa. Muito já se refletiu, escreveu e divulgou sobre o trabalho, entretanto ao mesmo tempo em que se tem essa

impressão, percebo que ainda há muito que aprender sobre esta categoria e sua importância na história da humanidade.

As profundas transformações provocadas pelo capitalismo tiveram grande impacto para o trabalho e para os trabalhadores. A precarização do trabalho implicou na fragilização política, no aumento do desemprego e no desmonte dos direitos trabalhistas até então conquistados.

Compreender a categoria trabalho, enquanto categoria sociológica reivindica uma atenção acerca da realidade em sua dinâmica. Encontraremos um amplo leque de dimensões conceituais sem as quais é impossível chegar aos caminhos que elucidam o modo de organização produtiva na contemporaneidade. Deste modo, é preciso adentrar nos avanços e construções teóricas para compreender o movimento do mundo real e os pressupostos da teoria.

Frente a esse cenário, surgem alguns questionamentos: Qual a centralidade do trabalho na vida dos seres humanos? O trabalho é um elemento estruturante? Que lugar ele ocupa na sociedade? Quais são as transformações do mundo do trabalho e seus impactos para o trabalhador? Qual a orientação do Estado e das políticas públicas em um contexto de desemprego?

As indagações anteriores orientam a construção deste capítulo. Parto de reflexões acerca dos sentidos do trabalho humano, com a finalidade de fundamentar no percurso da abordagem as metamorfoses do mundo do trabalho na sociedade capitalista e as implicações para o cotidiano de *labor* dos trabalhadores.

2.1 A centralidade do trabalho: notas introdutórias

Toda a chamada história universal não é outra coisa senão a produção do homem pelo trabalho humano
(Marx)

O trabalho está presente na vida de todos os indivíduos, é elemento estrutural da sociabilidade e base de produção dos meios para sua subsistência. Ao realizá-lo, o homem produz não apenas os meios e as condições materiais da vida em sociedade, mas também sua própria existência. O que nos permite afirmar que o trabalho é um pôr teleológico do ser social, que o capacita como um ser consciente (LUKÁCS,1974).

Na investigação ontológica de Lukács (1974), a categoria trabalho, possui uma interpretação bastante precisa: é uma atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Os homens produzem seus meios de vida, a partir das condições postas pela natureza e, diferente dos animais, modificam-na de acordo com suas necessidades, através de suas ações no decorrer da história. Nesse preciso sentido, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas.

Engels (1876) nos traz uma rica contribuição, ao analisar o papel do trabalho na transformação do macaco em homem, ou seja, discorre sobre o papel do trabalho na humanização do ser social. Marx (1988) corrobora com o pensamento de Engels ao concluir que o trabalho é necessário para efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza.

Marx, ao referir-se ao trabalho demonstrou que ele é resultado de

(...) um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ela e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas animais, de trabalho (MARX, 1988, p. 142).

O trabalho, em Marx (1988), é aquele produtor de valores de uso, pois, a existência de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Como uma atividade essencialmente humana, o trabalho, provoca, concomitantemente, mudanças no sujeito, pois ao ser realizado produz novas

capacidades e qualidades humanas, criando outras necessidades. No ato do trabalho é acionada a consciência, a qual exige um conhecimento concreto de finalidades e meios, o que distingue a natureza orgânica do homem de sua condição humana de ser social, e ao mesmo tempo torna o trabalho inseparável de um certo saber, sejam costumes, hábitos, tradições ou mesmo a ciência (LUKÁCS,1974).

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. (MARX, 1988, p. 142-143)

É através do trabalho que o homem assegura sua existência. Ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades é que o homem se faz homem. O intercâmbio existente entre o homem e a natureza implica em um processo educativo. Por esta perspectiva, a relação entre o trabalho e a educação apresenta-se como garantia de continuidade e desenvolvimento humano, enquanto ser social, através da transmissão de formas e técnicas de produção.

É a partir do trabalho que o homem inscreve a sua condição de ser social e, portanto, histórico e político, produto e produtor da sociedade. O trabalho também assume uma dimensão teleológica na medida em que, a partir de uma necessidade, ele é projetado antecipadamente à sua realização, para a qual é preciso a criação e o uso dos meios de trabalho.

O processo de transformação é inerente ao homem e à sociedade por ele construída. Tal transformação só é possível mediante a ação humana que pode ser traduzida pelo processo de trabalho em resposta a determinadas necessidades – o resultado do trabalho existe a priori na consciência do homem antes de sua materialização – produto da prévia ideação que orienta a atividade – o processo de ideação que precede a realização da atividade laboral pode ter como origem diversas necessidades ou finalidades, de forma a complexificar os meios e instrumentos de produção, que afetam diretamente os processos de sociabilidade e

a própria realidade social. Neste processo, são produzidas novas necessidades, as quais ao serem satisfeitas vão mudando o próprio sujeito realizador, e as novas relações sociais construídas para a sua realização exigem uma participação coletiva, criando a divisão social do trabalho e o trabalhador coletivo. (MARX, 1988)

Observar a categoria trabalho no contexto das suas relações sociais nos possibilita constatar sua dupla dimensão: construtora/emancipadora e alienante/opressora, conforme afirma Aranha e Dias (2009, p. 116):

[...] O trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições de sua realização. Uma primeira dimensão construtora, emancipadora. É o trabalho concreto de Marx, voltado para a satisfação das necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio. (...) outra dimensão alienante, opressora. Nas condições de existência da propriedade privada, o trabalhador não tem condições de interferir sobre os objetivos e produtos do seu trabalho, e até mesmo de dominar o próprio processo de produção.

Sob o signo do capitalismo, o trabalho (atividade vital, essencial) é explorado (comprado por um preço sempre menor do que produz) definindo, assim, um processo de alienação (expropriação da atividade essencial em sua plenitude). Se o trabalho, enquanto atividade fim possibilita ao homem tornar-se um ser social, a exploração do trabalho transforma esse sujeito em um ente alienado. A força de trabalho passa a possuir valor de mercadoria – uma mercadoria que dispõe da faculdade de transformar o dinheiro em capital. E, do mesmo modo que as outras, detém um valor que é determinado pela duração necessária para a produção da mercadoria. Existe, portanto, um processo de produção e reprodução da força de trabalho.

Ao discutir a conjuntura em que se realiza determinado trabalho, a organização do processo de produção, o grau de envolvimento dos sujeitos durante a atividade laboral e os impactos da venda da força de trabalho sobre ele; devemos ponderar que o trabalho, antes definido enquanto categoria fundante do ser social, é subvertido a um trabalho assalariado, alienado e fetichizado – mera mercadoria. Nesse processo, há um estranhamento em relação a ele mesmo. De acordo com Marx (1988), o fetiche da mercadoria faz com que o trabalhador não identifique a mercadoria resultante do trabalho humano, mas como coisas dotadas de vida própria, sujeita às oscilações das leis de oferta e procura.

O modelo capitalista tem atualizado e reconfigurado mecanismos de expansão e reprodução ampliada, através da exploração da força de trabalho. Nas últimas décadas, podemos observar inúmeras transformações que reorganizaram o mundo do trabalho, desde as novas facetas da exploração da força de trabalho humana, até as intervenções do Estado ante este contexto. Desta forma, apresentaremos no tópico seguinte às transformações no mundo do trabalho nas condições do capitalismo global que culminaram no processo de reestruturação produtiva.

2.2 Mutações do trabalho na contemporaneidade: as novas exigências para o trabalhador

Com a finalidade de compreender os significados dos conceitos utilizados no debate sobre os novos paradigmas de produção e seus desdobramentos nos processos de qualificação profissional, busco contextualizar como eles foram gestados historicamente. Nesta perspectiva, serão apresentadas de forma sucinta as facetas do trabalho na contemporaneidade, de forma a contribuir com a apreensão do lugar da qualificação profissional em um contexto de precarização do trabalho. Não se pretende realizar uma exaustiva revisão acerca da temática. Busco, na medida do possível, articular esta apresentação ao quadro teórico conceitual do capítulo precedente.

Em meados da década de 70 foram desencadeadas diversas transformações sobre o mundo do trabalho. Estas modificações afetaram fortemente o capitalismo e o sistema de produção de mercadorias, na tentativa de recuperar os níveis de acumulação e reprodução do capital que vinha perdendo sua hegemonia, no interior do espaço produtivo.

As distintas modificações incidentes sob o mundo do trabalho – a globalização da economia, a rápida divulgação das novas tecnologias, como a automatização, a informatização, e a crise econômica que atinge tanto os países desenvolvidos como os que se encontram em fase de desenvolvimento – são fatores que influenciam diretamente o processo de trabalho, consolidando essas alterações.

Desde meados do século XIX, estudiosos das mais variadas formações já se debruçavam com profundidade sobre essas questões, tendo em mente a construção

de sistemas de organização cujos objetivos eram o aperfeiçoamento da qualidade e a diminuição do tempo gasto na realização de tarefas complexas.

As mudanças que incidiram sobre os processos de produção e de trabalho: o forte crescimento de serviços e a evolução da tecnologia, enquanto substitutiva da força de trabalho humana, acentuam a crescente diminuição da capacidade de absorção de trabalhadores pelo mercado formal e a ampliação do desemprego.

A globalização dos mercados surge como a mais nova etapa do processo de internacionalização da economia mundial, acelerada por grandes inovações tecnológicas, pela abertura de fronteiras comerciais e pela reorganização dos padrões de relacionamento entre os países, que pode ser exemplificada na movimentação para a formação de blocos econômicos regionais. (PICCININI, 1996)

O período fordista-keynesiano – de expansão do pós-guerra –, segundo Harvey (1998, p. 119) foi marcado por uma gama de “práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”. A partir de 1973 houve um colapso desse sistema com a passagem do taylorismo/fordismo¹ para um regime de acumulação “flexível”.

De acordo com Harvey apud Tumolo (1997, p. 342):

"A acumulação flexível apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandes, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos vários países industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram, cada vez mais, a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado".

¹ O modo de produção taylorista/fordista baseava-se em uma produção cronometrada, com ritmo controlado e homogênea. A produção ocorria em série e em linhas rígidas, de forma a garantir uma produção em massa e o barateamento dos preços. De forma a ampliar o poder de consumo da massa

Segundo Antunes (1999, p. 31-32), os elementos constitutivos mais evidentes dessas modificações podem ser identificados: na queda da taxa de lucro, que ocasionou o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava, em consequência do desemprego estrutural iniciado na hipertrofia do capital financeiro – que já era a expressão da própria crise estrutural do capital e de seu sistema de produção –, constituindo-se em um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; na maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do *Welfare State* ou do “Estado de bem-estar social²” e seus mecanismos de funcionamento, levando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, levando ao aumento acentuado de privatizações.

Com a finalidade de rebater a crise, e recuperar o ciclo produtivo do capital foi implementado um amplo processo de reestruturação produtiva do capital³ - engendrando também novas necessidades relativas à força de trabalho no campo do aperfeiçoamento profissional, ao domínio de novas especialidades, à mudança nas atividades, à requalificação e desqualificação, provocando deslocamentos e substituições ao interior da classe trabalhadora.

Em oposição ao padrão taylorista/fordista desenvolve-se um novo regime que denominado acumulação flexível. De acordo com Harvey 1988, esse período, marcado pelo regime de acumulação flexível, substituiu a rigidez do fordismo por métodos versáteis de gestão e organização do trabalho e das políticas econômicas. O novo regime caracteriza-se, sinteticamente, pela flexibilidade dos mercados de

2 Basicamente, trata-se de um modelo de governo em que a iniciativa pública, por meio dos aparelhos estatais, é concebida como pilar fundamental não apenas nas áreas de saúde, educação e segurança, mas também quanto às políticas previdenciárias, de emprego e renda da classe trabalhadora; no âmbito do mercado, o Estado assume ainda o papel de um agente essencial na condução do desenvolvimento econômico, seja através de intervenções reguladoras nas políticas comerciais, financeiras e industriais, seja constituindo empresas em pontos estratégicos das cadeias produtivas. No Brasil, embora com diversas particularidades com relação às experiências dos países capitalistas centrais, denominou-se esse estilo de política estatal como sendo “desenvolvimentista”, tendo vigorado, grosso modo, no período entre a década de 30 e a de 80. (PINTO, 2007, p. 49)

3 A reestruturação produtiva desencadeou mudanças radicais nos hábitos de consumo, processos de trabalho, configurações geopolíticas e práticas do Estado (HARVEY, 1988, p. 117).

trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo, crescimento do setor de serviços, compressão do espaço-tempo através da comunicação e difusão de informações de maneira imediata viabilizadas pelos avanços tecnológicos e desterritorialização de empresas para países recém-industrializados.

Respondendo à rígida produção em massa homogeneizada e verticalizada do sistema produtivo anterior a flexibilidade dos processos e mercados de trabalho e a mobilidade geográfica, o novo modelo permite ao capital ajustar a produção às condições da concorrência mercadológica e transferir espaços produtivos para regiões de mais fácil controle do trabalho.

No que se refere ao trabalho, Antunes (2001) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, advindas de uma lógica societária onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução como forma de transformação contemporânea do mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva.

O trabalho não perde a sua centralidade enquanto categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas incidem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores. O novo contexto pode diminuir o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não eliminá-lo.

Essas modificações são identificadas a partir do arrefecimento dos trabalhadores industriais tradicionais, da ampliação do trabalho assalariado no setor de serviços, e da heterogeneização das formas de trabalho marcadas pela informalidade e pela subproletarização, caracterizada pelo trabalho em tempo parcial, doméstico, precário, temporário subcontratado e pelas terceirizações, além do desemprego estrutural e da feminização do mercado de trabalho. Visualizamos assim um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Em uma paisagem de ampliação do desemprego estrutural e de hipertrofia da população trabalhadora supérflua, o capital abusa da contratação de trabalhadores em condições precárias e informais, e, seleciona uma força de trabalho tida como mais qualificada e adaptada aos moldes atuais de ganhos de produtividade, apta a atuar na nova base técnica criada pela tecnologia informacional e microeletrônica.

Os novos padrões produtivos trouxeram a tona a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras

comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado, e nesse ponto, devemos adentrar o âmbito das transformações ocorridas na esfera política.

O Brasil, cuja industrialização desenvolveu-se influenciada pelo taylorismo e pelo fordismo desde os anos 1930, presenciou também, ao longo dos anos 1980 e especialmente os anos 1990, alterações significativas. Vivenciamos no Brasil muito mais um processo de desestruturação do que, propriamente, de reestruturação. Esse suposto desmonte explica-se a partir da sobreposição dos organismos multilaterais e dos grupos transnacionais – detentores de decisivos poderes políticos e econômicos. A posição da dependência do Estado brasileiro vem se expressando na submissão a metas e acordos estabelecidos à revelia dos interesses e necessidades da maioria da população brasileira. Cujos efeitos, conduziram o país a grandes níveis de concentração de renda.

Segundo Faleiros (2000), a onda neoliberal no Brasil teve início na era Sarney (1985-1989), período em que se consolidava a Constituição cidadã, e que o governo iniciava o desmanche das políticas sociais desestruturando o aparato estatal. Todavia, para Behring (2002), foi durante o governo do Presidente Collor que as práticas neoliberais ocorreram de forma mais sistematizada. Collor se alinhou ao projeto neoliberal desde a sua campanha presidencial, com propostas de redução da atuação do Estado – reformas constitucionais, através do Plano Brasil⁴, que descaracterizava a recente Constituição Federal promulgada em 1988.

O conjunto de ações estatais flexibilizadoras teve como base ajustes estruturais nas contas nacionais, afetando as políticas sociais.

(...) No que tange os trabalhadores, passou-se a eliminar sistematicamente as regulamentações protetoras de direitos básicos, responsabilizando-as pelo engessamento dos mercados de trabalho⁵, pela elevação dos custos de produção e subsequente diminuição da competitividade empresarial. Buscou-se acelerar sua mobilidade e flexibilidade entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, reduzindo os custos empresariais e eliminando a rigidez resultante da atividade sindical. (PINTO, 2007, p. 53)

4 O Plano Brasil propunha uma mudança significativa na natureza do Estado e nas suas formas de atuação. O estado seria mínimo, mais ágil e vem informado, com vista a tornar-se um importante articulador dos agentes privados.

5 Assim, tende-se “(...) a predominar a crença de que o mercado de trabalho quanto mais desregulado for, mais favorável será a elevação do nível geral de emprego. O pleno emprego é concebido como uma resultante do fortalecimento das forças da concorrência da abertura comercial e da estabilidade monetária” (POCHMANN, 1998, p.224).

A reestruturação produtiva fundamentou-se na noção de empresa enxuta. A empresa denominada *moder lean production*, a empresa que limita o trabalho vivo, amplia o maquinário tecnológico – denominado por Marx como trabalho morto - e que redesenha a cadeia produtiva, reduzindo a força de trabalho.

A reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal resultaram no aumento da segmentação da classe trabalhadora em dois grupos distintos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência. Concentrados em postos de trabalho de gestão e liderança nas empresas, ou como servidores públicos estatais. No outro grupo estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os terceirizados, os vinculados à economia informal, dentre outras formas precárias de trabalho existentes. O segundo grupo é numericamente mais amplo que o primeiro, reunindo diversas categorias de trabalhadores dispersos por vários países e setores econômicos.

Tal cenário fragmenta a classe trabalhadora entre aqueles que possuem um emprego e os excluídos do mercado de trabalho regulamentado, além de ampliar a concorrência entre os mesmos em busca dos mais altos salários. Quanto maior o contingente de trabalhadores qualificados e disponíveis, menor é o valor pago a força de trabalho, desse modo, o salário decai possibilitando ao capitalismo menores custos e crescimento dos lucros. Para Marx (2010, p.35),“(...) como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores.”

Os movimentos internos do sistema capitalista, justificados pela flexibilização da relação capital-trabalho, submetem o trabalhador à condição de "capital humano" renovável ou "descartável", uma vez que as constantes inovações tecnológicas apropriadas a serviço do capital impõem a necessidade de atualização permanente. Evidencia-se, dessa forma, a ideia de provisoriedade dos conhecimentos, agora, amparada na concepção de "empregabilidade", a partir da qual, é atribuída ao trabalhador a condição de responsável pela sua inserção e/ou permanência no mundo do trabalho (TEIXEIRA, 2003; FALEIROS 2000).

Sinalizo dentro dessa lógica de reestruturação, o conceito de empregabilidade⁶, no qual é desenvolvida a ideia de que cabe ao trabalhador se qualificar para estar empregável para um maior número de postos de trabalho, trazendo a responsabilidade para ele mesmo sobre a sua inserção e permanência no mercado.

O trabalhador precisa manter-se competitivo no mercado de trabalho; por isso, deve se preocupar em fazer cursos complementares à educação básica, de forma continuada para sua qualificação e atualização. Por isso também deve adquirir as competências necessárias para driblar um contexto bem mais excludente. O simbolismo que vem carregado na noção de competência intenta fazer do trabalhador um sujeito não-reagente, portanto disciplinado frente às exigências do mercado de trabalho. Esse é um aspecto importante para a análise da educação profissional no País. (Ferreira, 2006, p.16).

Ou seja, a noção de empregabilidade transfere a responsabilidade do desemprego para o fato do trabalhador não se adequar às exigências de qualificação colocadas pelo novo paradigma produtivo.⁷ Seria como se houvesse oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa, cabendo ao trabalhador, apenas, adequar-se às exigências da oferta de emprego.

O desemprego estrutural e as inúmeras formas de precarização dos contratos e das condições de trabalho impõem à classe trabalhadora novos mecanismos de adaptação às novas exigências de qualificação profissional e educacional colocadas por esse sistema. Como na maioria dos casos as empresas não dispõem de uma estrutura de formação interna, o trabalhador é responsabilizado pela busca de qualificação para adequar-se aos futuros postos multifuncionais ou às muitas mudanças de emprego que deverá enfrentar ao longo da vida.

6 A empregabilidade significa a capacidade individual de encontrar emprego ou trabalho no mercado, pelo esforço de capacitação e de busca de competitividade pessoal. A competitividade é que está na base da empregabilidade, fazendo com que os trabalhadores se inscrevam em programas de formação profissional (...) Os programas têm o efeito de manter a expectativa de trabalhar, fazer crer no esforço individual, no seu fracasso e de diminuir a busca do emprego. (FALEIROS, 2000:193)

7 Para a ideologia neoliberal, a questão do emprego não está associada às questões estruturais do capitalismo, mas à formação profissional dos indivíduos, fazendo-os acreditar que o fato de estarem desempregados ou não saberem engendrar formas alternativas de obtenção de renda diz respeito à falta de competência, habilidade ou formação. Esse entendimento despolitiza a questão das mudanças no mundo do trabalho transformando-a em questão pessoal, individual.

A reestruturação produtiva provoca expressivas mudanças tanto na estrutura ocupacional quanto nos requerimentos de qualificação do trabalho, o que determina a necessidade de modificações na orientação de políticas públicas e empresariais de formação profissional e treinamento dos trabalhadores.

A nova dinâmica das exigências ao trabalhador, acompanhadas das mudanças do processo produtivo, culminam na exigência de um novo perfil de trabalhador. Para que se possa entender essa nova forma de ser e o novo perfil do trabalhador, é importante considerar o que as algumas pesquisas (DRUCK, 2001) constataam:

- a. Mudanças nos conteúdos do trabalho, novas exigências de perfis profissionais e novas qualificações, motivadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais;
- b. Crescimento do número de desempregados qualificados;
- c. Flexibilização da organização e gestão do trabalho. Este é um elemento-chave da reestruturação, que tem provocado:
 - Precarização do trabalho (insegurança, piores condições de saúde e riscos, alta competitividade, desmotivação);
 - Precarização do emprego (instabilidade, falta de vínculo, subcontratação, temporariedade);
 - Crescimento galopante da informalidade do mercado de trabalho, exigindo: adaptabilidade, flexibilidade, criatividade, sob o rótulo da “empregabilidade”;
 - Desemprego crescente.

Tais mudanças na organização, tanto do processo de produção como do processo de trabalho, redimensiona as relações de trabalho e as exigências ao trabalhador, dando uma importância cada vez maior à qualificação⁸ profissional. Deste processo de adequação surge a imposição-necessidade de elevar o

⁸ A natureza do conceito “qualificação” é polissêmica, varia de acordo com a aceção tomada pela pesquisa, os ângulos e enfoques que pretendem ser abordados. A qualificação pode ser compreendida dentro de uma perspectiva de preparação de mão de obra para o trabalho, que envolve o processo de formação profissional adquirido pelo percurso escolar e pela experiência profissional. Pode ser interpretada também como um processo de qualificação/desqualificação, próprio da organização capitalista do trabalho. Outra abordagem definiria a qualificação mediante situações concretas de trabalho, chamada de qualificação real e operacional. Essa terceira visão é mais recente e tem sua gênese na Sociologia do Trabalho Francesa.

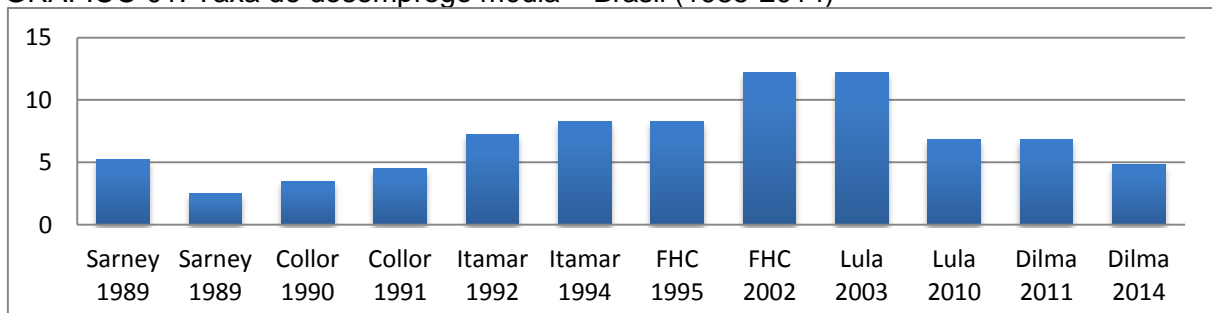
desenvolvimento técnico da população, visando atender às condições para a sua inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e especializado.

Os novos padrões produtivos, que buscam responder aos impasses capitalistas na era da acumulação flexível, invadem os ambientes laborais por meio de métodos sofisticados de disciplinação e controle do trabalho, muitas vezes incorporados a programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”. Tal conjuntura impõe a necessidade de uma intervenção estatal no sentido de atenuar os efeitos do desemprego por meio de políticas sociais. Foi dedicada uma atenção especial à educação para o trabalho, ao vincular-se a formação profissional como o ponto chave para a inserção do trabalhador no emprego, sendo esta uma assertiva mais ideológica do que concreta.

A precarização e o desemprego configuram-se como expressões perversas do reordenamento capitalista, na contemporaneidade, relacionam-se com uma questão fundamental: a ampliação da precariedade e do desemprego acarreta o crescimento em proporção direta de uma massa de trabalhadores excedente, o que Marx (2010) definiu como o exército industrial de reserva. Para o autor a funcionalidade do contingente populacional desempregado localiza-se na sua utilização pelo capital como mecanismo de desorganização dos trabalhadores que passam a concorrer no/por trabalho.

Nesse cenário o desemprego aparece como um instrumento de disciplina do capital sobre o trabalho. Durante o governo de FHC a doutrina neoliberal expandiu-se pelo país de forma abrupta, vivenciamos uma desorganizada abertura comercial, financeira, produtiva e tecnológica. As consequências foram: a expansão do desemprego, redução dos postos de trabalho formais e a proliferação das ocupações informais. Como podemos visualizar nos indicadores apresentados abaixo:

GRÁFICO 01: Taxa de desemprego média – Brasil (1985-2014)



Fonte: IBGE – PME – PEA, elaborado pela autora.

Os indicadores do desemprego no Brasil demonstram o crescimento da taxa entre os anos de 1989 e 2002, quando o percentual da taxa de desemprego era respectivamente de 2,5% e 12,2%. Segundo Pochmann (2002), outro dado importante é que a “nova economia” assumida pelo Brasil registrou sinal de regressão na sua participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB), que caiu de 2,7%, em 1989, para 2,1%, em 1999.

No âmbito econômico, o governo de FHC, foi marcado pelo o processo de desnacionalização de todos os setores da economia, privatização das empresas estatais e da política econômica. O desenvolvimento do país ficou comprometido, o que dificultou a criação de novos postos de trabalho. O Estado e os patrões se deresponsabilizam pelas políticas, e transferiram aos trabalhadores à responsabilidade de inserção no mercado de trabalho.

Durante o período de crescente degradação/precarização do trabalho a “epidemia da qualificação”, conforme denomina Druck (2001), cria um mito, de que a qualificação seria capaz de resolver todos os problemas dos trabalhadores, inclusive o do desemprego. Como estratégia de enfrentamento ao desemprego, o então presidente FHC, implementa o PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação Profissional, no período de 1996/2002– com a justificativa de que o problema da falta e/ou não geração de emprego dava-se pela ausência de qualificação por parte dos trabalhadores.

3. OS PLANOS NACIONAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Nos últimos anos, a educação profissional ocupa um lugar de destaque no cenário internacional, tanto nos países centrais como nos países periféricos. De acordo com Almeida (2003), as mudanças ocorridas no sistema de educação profissional brasileiro, nos anos 90, foram impulsionadas por transformações incididas a partir da década de 70 – sob a égide do neoliberalismo e da mundialização do capital – de forma a provocar questionamentos acerca da educação profissional existente e a sua capacidade de atender as novas demandas do mercado.

Os novos padrões produtivos culminam na exigência de um novo perfil de trabalhador. De um modo geral,

[...] projeta-se a imagem do 'novo trabalhador' como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo de desenvolvimento individual através da venda de sua força-de-trabalho em uma série de ocupações contingentes, obtidas através da demonstração pública de disposição e competência para atividades e condições de trabalho em constante mudança, isto é, como empresário de si mesmo (SILVA, 2003, p.166)

Dentro deste novo paradigma, o conceito de qualificação também ganha novos contornos, onde não é exigido do operário qualificado apenas o domínio de habilidades motoras na execução de tarefas repetitivas, mas sim conhecimentos científicos e tecnológicos. Ou seja, o caráter mecânico e repetitivo característico do paradigma fordista é eliminado.

É exigida dos trabalhadores uma série de qualidades restritas, anteriormente, aos níveis de supervisão e gerencia, bem como aos profissionais de nível superior encarregados de planejar os processos de trabalho. Busca-se um perfil de trabalhador que tenha uma postura propositiva e colaborativa, mas que tenham interesse e disposição para o aprendizado contínuo.

No que tange a análise da Educação Profissional, é necessário destacar o Decreto nº 2.208/97, que estrutura a Educação Profissional de forma paralela ao ensino regular e articulada ao ensino médio no nível técnico. Sendo dividida em três níveis:

- Nível básico: a qualificação e requalificação são ofertadas sem levar em consideração o nível de escolaridade prévia;
- Nível técnico: proporciona a habilitação profissional para egressos ou matriculados no ensino médio;
- Nível tecnológico: corresponde aos cursos de nível superior na área tecnológica, sendo ofertados para egressos do ensino médio e ensino técnico.

O Decreto 2.208/97 permite aos cursos técnicos uma matriz curricular própria e independente. Entretanto, ocorre do ponto de vista conceitual e operacional, uma separação entre a dimensão profissional e acadêmica. Esta separação evidencia o

que ocorreu com a educação profissional neste período. Para Fogaça e Salm (1999, p. 220):

Em outras palavras, para os que apresentam pouca escolaridade, repete-se a fórmula tradicional de oferecer cursos de qualificação de duração variável, centrados exclusivamente na formação específica e que, por isso mesmo, não contribuem para a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Para aqueles que ultrapassaram a barreira do ensino fundamental, pretende-se a transformação de cursos que hoje, bem ou mal, estão vinculados a uma formação mais geral (o núcleo comum do ensino médio), em módulos de caráter instrucional, que inclusive devem servir também aos jovens e adultos que já concluíram ou estão cursando o segundo grau. Salvo melhor juízo, estaríamos consagrando uma concepção de qualificação profissional que se opõe ao próprio discurso modernizador do MEC e do MTE.

Aos trabalhadores desempregados, ou em condições precárias, a qualificação profissional básica, foi apresentada como uma forma de enfrentamento as mutações do mundo do trabalho, e o como forma de desenvolvimento para alcançar um patamar de competitividade e empregabilidade, colocando como responsabilidade (ou culpa) do próprio trabalhador a sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

Dada às circunstâncias percebemos que a noção de empregabilidade está relacionada com a Teoria do Capital Humano (TCH). A teoria postula a ligação ente desenvolvimento e superação da desigualdade, através da qualificação profissional. Oliveira (2000), com base na TCH afirma que o indivíduo é produtor das suas próprias capacidades de produção, por isso denomina investimento humano o fluxo de despesas que o próprio indivíduo devia efetuar em educação para aumentar a sua produtividade. Nessa perspectiva, os problemas relacionados ao desemprego são ocasionados pela desqualificação da população.

O déficit de renda da população é atribuído à diferença na capacidade de produção. A educação passou a configurar-se como um instrumento de ajuste social, e regulador da distribuição de renda, com base na produtividade. Concepção que ancorada na noção de empregabilidade, defende que com o investimento na educação o indivíduo se torna mais atrativo para ocupar um lugar no mercado de trabalho.

Os reflexos desta conjuntura impactam na reformulação das políticas de qualificação profissional, ao invés de possuir um cunho educacional, possuem

caráter de políticas de geração de emprego e renda. Sob tal conjuntura foram criados os Planos Nacionais de Qualificação Profissional, tanto no governo FHC, quanto no governo Lula.

3.1 Do Planfor ao PNQ

O Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, coordenado pelo MTB, teve em sua gênese, durante o governo de FHC, num cenário internacional neoliberal que relaciona a educação profissional como uma estratégia de combate ao desemprego. Os princípios que nortearam o PLANFOR foram introduzidos em uma conjuntura globalizada de transformação dos processos de produção.

Este cenário foi problemático no campo educacional, e principalmente para a formação profissional. A problemática centrava-se na identificação da educação enquanto elemento estratégico para as exigências de uma economia competitiva. O Brasil, ancorado nas recomendações dos organismos internacionais (Banco Mundial, CEPAL, FMI, UNESCO, BID), passa a difundir a concepção de que a educação possui papel decisivo para o crescimento econômico e para a redução da pobreza.

O ajuste e as orientações que norteiam o conjunto de políticas implementadas no Brasil foram justificadas com o argumento de que possibilitaria aos países de capitalismo periféricos a inserção no processo de reestruturação produtiva e globalização –, em realidade tais políticas apenas buscavam tornar os trabalhadores mais ajustáveis, aos novos padrões produtivos.

O PLANFOR se fundamentou durante a reforma educacional dos anos 90. Segundo Lima Filho (2002, p. 80), a proposta do Banco Mundial era de priorizar o investimento no ensino fundamental e conter a oferta de vaga para a educação profissional no sistema formal, uma vez que essa modalidade possui um elevado custo, o que dificultaria a racionalização financeira do Brasil para atingir as metas de ajuste fiscal.

Assim, o Plano consolidou-se através do desmonte das políticas públicas de Educação Profissional, materalizadas através dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e das Escolas Técnicas, que almejavam consolidar uma formação profissional com integração entre educação geral e educação profissional.

A concepção de educação que fundamentou o Plano defendia a capacidade de aprendizagem contínua do trabalhador, em absorver os princípios de multifuncionalidade e polivalência – exigidas pelo processo produtivo e tecnológico. Os princípios do PLANFOR reforçaram a ideologia de que a falta de emprego está atrelada à deficiência de escolaridade e de qualificação.

O alicerce do Plano foi elaborado a partir de um diagnóstico crítico da conjuntura do país, e foi expresso em um documento “Questões críticas da educação brasileira”, em que expôs as carências da educação escolar em geral, da mesma forma que destacou também as problemáticas do ensino profissional. (MTB, 1995)

O MTB foi responsável por ampliar o sistema de formação profissional brasileiro. Nesse período ampliou-se o debate sobre a educação nacional com diversos segmentos da sociedade: governo, universidades, entidades representativas do patronato, trabalhadores e organizações educativas ligadas aos programas de educação para jovens e adultos.

Conforme Manfredi (2002), o governo federal desenvolveu o PLANFOR orientado por princípios de descentralização das atividades, conjunção de recursos públicos, privados e externos e na participação de múltiplos atores. Almeida (2003) aponta que a descentralização das ações colaborou para que novos atores, com trajetória acadêmica e profissional na área da formação profissional fossem incorporados ao desenvolvimento das ações – o que foi considerado inovador no campo das políticas públicas de trabalho.

O Plano organizou uma Rede de Educação Profissional que articulou seis grandes conjuntos de agências formadoras: os sistemas de ensino técnico federal, estadual e municipal; as universidades públicas e privadas; o chamado Sistema S (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE); os sindicatos de trabalhadores; as escolas e fundações de empresas; as organizações não governamentais e a rede de ensino profissional livre.

O público-alvo do PLANFOR, conforme Resolução nº 194/98 do CODEFAT, que regulamenta as ações desse Plano para o período 1999/2001 é:

a) trabalhadores desocupados, principalmente beneficiários do seguro-desemprego e candidatos ao primeiro emprego, em atividades urbanas e rurais;

b) trabalhadores sob risco de desocupação, em decorrência de processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva, em atividades urbanas ou rurais;

c) pequenos e microprodutores urbanos e rurais, principalmente beneficiários de alternativas de crédito financiadas pelo FAT (Programa de Geração de emprego e Renda – PROGER, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e outros), e;

d) trabalhadores autônomos, cooperados, autogestionados (do mercado formal e informal), especialmente aqueles atingidos por fatores de sazonalidade, que comprometem o fluxo de trabalho e renda, em setores urbanos e rurais.

A Resolução 194/98 garante a preferência de acesso a programas de qualificação/requalificação a pessoas vulneráveis econômica e socialmente. Definiu-se o grau de vulnerabilidade em função da combinação de atributos que possam implicar desvantagem ou discriminação no mercado de trabalho, bem como dificultar acesso as opções de qualificação ou requalificação profissional.

Os recursos financeiros do PLANFOR foram, em sua maior parte, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do estabelecimento de parcerias, o que representou um volume significativamente menor. (CARLOS e MACEDO, 1998)

Os objetivos do Plano, segundo o MTE (2000) eram:

- Garantir a oferta de educação profissional em uma perspectiva continuada,
- Redução do desemprego e do subemprego da PEA;
- Combate pobreza e a desigualdade social;
- Aumento da produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Tais objetivos foram validados pelo CODEFAT na Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000 e estiverem presentes até no último Guia de Avaliação do PLANFOR, elaborado em 2001.

Durante os primeiros anos de execução do PLANFOR o conceito de empregabilidade direcionou as ações do Plano, contudo no decorrer do processo de implementação esse noção sofreu alterações. A posição inicial do Plano de obtenção de emprego é alterada, dando destaque ao reconhecimento de que a formação profissional não muda o fato de que não existem postos de emprego disponíveis. Ressalto que, embora, a noção de empregabilidade tenha perdido a sua

força enquanto eixo mobilizador do Plano, esse conceito determinante foi mantido até o final das ações do PLANFOR.

Segundo o Guia PLANFOR 2000 elaborado pelo MTE (2000), as ações de qualificação e requalificação eram destinadas a dois segmentos. Um segmento com prioridade de foco, em que se encontram micro e pequenos empresários, autônomos, cooperados, as pessoas desempregadas, em risco de desemprego, e outras populações em risco ou inseridas no mercado informal em condições precárias. Já o segundo segmento refere-se aqueles com prioridade de acesso aos programas: pessoas consideradas mais vulneráveis, tanto econômica e socialmente, quanto por sua situação no mercado de trabalho, com poucas oportunidades de acesso a programas de qualificação profissional.

Conforme expomos acima, o PLANFOR constitui-se através da descentralização, participação, integração e parceria entre Estado e sociedade civil. Em concordância com tais premissas e para atender aos objetivos e as metas do plano foram criados, como uma estratégia de gestão e implementação, os Planos Estaduais de Qualificação Profissional – PEQ's – e as Parcerias Nacionais e Regionais.

Com base na Resolução nº 126 do CODEFAT, os Planos Estaduais de Qualificação eram coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e tinham por objetivo:

[...] garantir qualificação e requalificação profissional para o conjunto da PEA – População Economicamente Ativa, urbana e rural, de modo a propiciar sua permanência, inserção ou reinserção no mercado de trabalho, ampliando, também sua oportunidade de geração de renda, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade do emprego e da vida do trabalhador, bem assim para um melhor desempenho do setor produtivo (CODEFAT, 2007a, p. 1).

Os objetivos gerais das ações de qualificação profissional referiam-se à integração do trabalhador no mercado de trabalho. As PEQ's deveriam ter uma estrutura que atendesse as demandas de qualificação e requalificação, levando em consideração às particularidades de cada estado. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento não foi verdadeiramente consolidado.

O processo de implementação do PLANFOR, no âmbito dos estados e municípios, ocorreu mediante a adesão ao Plano e seus objetivos. O PLANFOR seguiu as diretrizes gerais do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT e do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que foram repassadas às Secretarias Estaduais de Trabalho juntamente com os termos de referências elaborados em conjunto com atores convidados no âmbito das Comissões Municipais de Emprego. (ALMEIDA, 2003)

Com base na Resolução 126 do CODEFAT as Secretarias Estaduais de Trabalho eram responsáveis pela elaboração e pela coordenação dos planos estaduais. Realizavam um trabalho estratégico na articulação e na implementação do PLANFOR nos estados, agregando os recursos provenientes do FAT com os das agências locais de educação profissional, especialmente, aquelas que eram financiadas com recursos públicos. Enquanto isso, às Comissões Estaduais de Emprego – organismos tripartites e paritários, com representação do governo, empresariado e trabalhadores de cada Estado – eram responsáveis pelo levantamento das demandas locais de qualificação, assim como realizavam um trabalho de acompanhamento da execução dos cursos ofertados. Esse formato foi considerado como inovador e importante, uma vez que formou uma rede que fomentava ações de controle social sobre o funcionamento do Plano.

Os Planos Estaduais de Qualificação Profissional – PEQ's, depois de aprovados nos estados, eram submetidos ao MTE para análise técnica e elaboração de convênio, como uma forma de garantir o repasse de recursos para sua execução. As Secretarias Estaduais, ao tempo que implementavam o PLANFOR, também poderiam modificar parte das ações planejadas, o que significou um processo de autonomia no processo de implementação, e respeito as diversidades regionais. Dessa maneira, conforme Almeida (2003), os estados não necessitavam seguir um formato único para os programas de qualificação e requalificação profissional. O Plano trazia apenas diretrizes para serem seguidas, tais como:

- Impulsionar uma perspectiva de Educação Profissional a parte das demandas do mercado e da população;
- Superar a concepção de que a Educação Profissional é sinônimo de cursos em sala de aula com cargas horárias e currículos pré-definidos;
- Identificar as necessidades da população e as oportunidades do mercado para, posteriormente, estabelecer quais cursos devem ser oferecidos.

O Plano objetivava fomentar o processo de qualificação visando às necessidades locais, e que tais demandas fossem identificadas pelos atores envolvidos no processo. A descentralização e flexibilidade de implementação permitiu que o PLANFOR fosse desenvolvido em cada estado com uma forma de organização, gestão e execução própria, entretanto não foi possível assegurar os bons resultados nas ações desenvolvidas em cada estado. A execução descentralizada dos programas trouxe consigo a sobreposição de interesses corporativos, tendo em vista que a política deixou, por diversas vezes, de servir ao interesse público.

Entre os anos de 1996 e 1999, ocorreram os processos de monitoramento e avaliação do PLANFOR. Após a realização das avaliações constatou-se, segundo Oliveira (2007, p.37), que as limitações apresentadas pelo PLANFOR foram: a baixa integração entre as políticas de qualificação profissional e as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda e políticas públicas de educação; a fragilidade dos CETs e CMEs enquanto espaços de participação efetiva da sociedade civil na elaboração e fiscalização das políticas públicas de qualificação profissional; o baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional, na qual o Estado, através do MTE, limita-se à função de definir orientações gerais e de financiador do plano de qualificação, que é integralmente executado através de convênios com terceiros; a ênfase em cursos de curta duração, nos quais é enfatizado apenas o treinamento para habilidades específicas, o que compromete uma formação educativa de caráter mais integral. Tais limitações justificaram a sua extinção em 2003.

Em resposta aos problemas e limitações apresentadas, constitui-se, em julho de 2003, durante o governo LULA, um novo plano: O Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional – PNQ (2003-2007). O PNQ se configurou em uma ação política do governo federal em conceber a qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável.

O Plano Nacional de Qualificação foi elaborado levando-se em consideração os avanços do PLANFOR. Entretanto, ele surge com a promessa de estabelecer uma nova política pública de caráter social para a educação profissional, fundada sob o "novo/velho" discurso integrador. O Plano objetiva promover o

desenvolvimento econômico e social, por meio da geração de trabalho e renda como objeto de planejamento público.

Segundo o MTE (2007), a concepção de qualificação profissional defendida pelo PNQ, tem como base, uma construção social que envolve uma multiplicidade de dimensões: epistemológica, social e pedagógica. A dimensão epistemológica não se refere apenas ao conhecimento técnico, uma vez que o Plano considera o conhecimento social dos sujeitos envolvidos. Já a dimensão social e política caracterizam-se por um processo de relações conflituosas que marcam a produção e a apropriação desses conhecimentos. No que diz respeito ao âmbito pedagógico, a qualificação está associada ao processo de construção, transmissão e acesso de conhecimentos que ocorre pelas vias formais ou informais.

O PNQ prioriza concepções como a educação integral, as formas solidárias de participação social e de gestão pública, o empoderamento dos atores sociais – exercício da cidadania plena –, a qualificação social e profissional, o desenvolvimento local de forma articulada no território nacional, a efetividade social, a qualidade pedagógica e o reconhecimento dos saberes socialmente produzido pelos trabalhadores. O Plano ainda propõe o amadurecimento social e político, nos termos de um novo contrato social, dos segmentos mais direcionados com o trabalho e com a qualificação, bem como a consolidação da Política Pública de Qualificação como construção social e um espaço de conflitos de interesses.

É importante ressaltar que o PLANFOR trabalhava com um planejamento das ações de qualificação profissional tendo como foco principal a demanda do mercado, com uma forte ênfase à noção de empregabilidade discutida anteriormente. Já o PNQ, parte da ênfase no desenvolvimento econômico e social através do crescimento e expansão do mercado de consumo de massa e da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor.

O conceito de empregabilidade dá lugar à necessidade de criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda, onde a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho (não somente através do emprego formal e com carteira assinada) torna-se fator necessário para alcançar os objetivos do plano. Tais alternativas de geração de trabalho e renda já eram trabalhadas no PLANFOR, mas de forma secundária. A ênfase dada nos documentos relativos ao PLANFOR era a inserção no mercado de trabalho através do emprego formal. Já o PNQ trabalha com a noção de geração de trabalho como forma de geração de renda sem

necessariamente ser focado no mercado formal de trabalho. Estas formas alternativas de geração de trabalho e renda são trabalhadas nos cursos do PNQ como um módulo específico e obrigatório.

A estrutura proposta pelo PNQ busca o empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, a partir do fortalecimento do CODEFAT e das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Destarte, PNQ tem buscado superar a condição de política compensatória e assim ajustar-se às diretrizes das políticas nacional, regional, estadual e local, como uma forma de construção social do Plano, por meio da democratização das relações de trabalho, na construção de um modelo de desenvolvimento baseado no caráter social e participativo. Com a finalidade de compreender como se dá a materialização do PNQ na esfera municipal, apresento no capítulo consecutivo o desenho do Plano Municipal de Qualificação Profissional no Município de Cachoeira – Bahia.

4. A OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA

4.1 Caminhos metodológicos

A metodologia utilizada para realizar esta investigação foi de natureza descritiva, devido à ausência de estudos que abordem a oferta de Qualificação Profissional no Município de Cachoeira, Bahia. O levantamento de fontes primárias e secundárias visou apreender características do município, de onde surgiu a demanda pela criação de qualificação municipal, e o perfil dos egressos.

A investigação foi estruturada em cinco etapas interligada, incorporando os seguintes procedimentos metodológicos:

- Etapa 01: Caracterização do município de Cachoeira, nas dimensões social e econômica, através de dados do IBGE, SEI, PNUD, IPEA e FJP.
- Etapa 02: Descrição do processo de implementação dos Programas de Qualificação Profissional, através de uma entrevista semi-estruturada com o Coordenador do Programa Municipal Mário Gonzaga Jorge Junior.

- Etapa 03: Coleta de dados no SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica para contabilizar: os cursos ofertados, número de matriculados; e o perfil dos egressos do PRONATEC, entre os anos de 2013 e 2015 no município de Cachoeira. Foi retirada uma amostra de 10% (dez por cento) dos participantes, equivalendo a 174 egressos, eleitos aleatoriamente.
- Etapa 04: Entrevista com egressos do PRONATEC sobre as impressões acerca do Programa. Foram convidados 30 egressos, entretanto apenas dez compareceram para a realização das entrevistas.

4.1.1. Instrumentos Utilizados

- Instrumento 01: Roteiro de entrevista (Apêndice A) aplicado com o Coordenador do Programa de Qualificação Profissional Municipal. Essa pesquisa objetivou colher informações sobre como se deu o processo de implementação dos cursos de qualificação profissional; como é realizada a escolha dos cursos; e quais são as condicionalidades para o acesso aos programas.
- Instrumento 02: Planilha de dados do perfil dos egressos do PRONATEC extraída do SISTEC (Apêndice B)
- Instrumento 03: Questionário (Apêndice C) aplicado com os egressos do PRONATEC com a finalidade de avaliar as condições de acesso ao trabalho após a realização da qualificação profissional.

4.2 O lócus da investigação

O município de Cachoeira⁹, localizado no Recôncavo, foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Bahia. Sua história, afirmam alguns, remontaria

⁹O município, com área de 390,56 km, localiza-se às margens do Rio Paraguaçu, na microrregião de Santo Antônio de Jesus. Fica a 110 km da capital do Estado, Salvador, via BR – 324, sendo possível o acesso tanto terrestre quanto fluvial. Sua população total, de acordo com o censo (2010) do

ao século XVI. Em vista do grande desenvolvimento do povoado, foi criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira em 1696. Dois anos depois a aglomeração foi elevada à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira. Por essa época a vila já era a de maior área, conhecida como centro, por excelência, dos nossos primeiros ensaios no cultivo da terra e na expansão do nosso comércio. A importância de Cachoeira também pode ser aquilatada pelas vias de transporte que a ligavam aos grandes centros econômicos da época. Cachoeira aliava à sua condição de grande empório comercial a de movimentado centro industrial: aqui era manufaturado o fumo e produzido o cultivo de cana-de-açúcar. A Vila teve também uma grande importância política sendo duas vezes Sede do Governo Provisório do Brasil, durante a guerra da independência em 1822 durante o levante da Sabinada. (BIBLIOTECA IBGE, 2016)

Por seus feitos para a história não apenas baiana, mas também brasileira, foi denominada a Heroica pela lei nº43 de 13 de março de 1837. Apesar de sua importância política e histórica, a cidade foi perdendo prestígio devido às crises econômicas advindas do processo de decadência da indústria açucareira e também da produção de fumo. Aliado a isso, houve o crescimento de rodovias, fazendo com que o sistema fluvial – grande potencial da cidade e principal sistema de transporte durante anos – fosse ficando ultrapassado.

O Recôncavo Baiano constitui uma das regiões mais importantes para o processo de formação política e territorial do Brasil. De acordo com Pedrão (2009), a região do Recôncavo foi conformada a partir dos interesses mercantis do capital internacional no período do Brasil Colônia. O crescimento das atividades socioeconômicas e culturais, ocorridas desde a colonização até os dias atuais, proporcionou a materialização de uma paisagem paradoxal. De um lado, visualizamos a exteriorização de um espaço repleto de crescimento econômico: atividades industriais, empreendimentos navais e setor de serviços, etc. Por outro lado, visualizamos os efeitos desiguais que se encontram extremados nos espaços compostos, predominantemente, pelas populações negras, que ocupam as periferias pobres e não conseguem ter acesso a trabalho e renda.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de 32.026 habitantes, sendo caracterizado como um município de pequeno porte. Cachoeira está subdividida nos distritos de: Cachoeira (sede), Belém de Cachoeira e Santiago do Iguape.

Com a finalidade de caracterizar de forma concisa o município de Cachoeira apresento alguns indicadores:

IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Cachoeira foi de 0,647, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,762, seguida de Renda, com índice de 0,615, e de Educação, com índice de 0,577.

TABELA 02: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

	1991	2000	2010
IDHM EDUCAÇÃO	0,226	0,372	0,577
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	21,83	31,39	49,27
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	53,83	75,62	96,93
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	25,05	46,90	69,69
% de 15 a 17 anos com ensino médio completo	8,94	24,33	41,60
% de 18 a 20 anos com ensino completo	4,06	14,97	41,24
IDHM LONGEVIDADE	0,585	0,675	0,762
Esperança de vida ao nascer (em anos)	60,10	65,51	70,72
IDHM RENDA	0,481	0,546	0,615
Renda per capita (em R\$)	159,84	239,23	368,11

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Indicadores Educacionais

a) Crianças e jovens

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 96,93%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 69,69%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 41,60%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 41,24%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 43,10 pontos percentuais, 44,64 pontos percentuais, 32,66 pontos percentuais e 37,18 pontos percentuais.

b) Expectativa de anos de estudo

Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,87 anos para 8,51 anos, no município, enquanto na UF passou de 7,28 anos para 8,63 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,17 anos, no município, e de 5,75 anos, na UF.

c) População adulta

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 31,39% para 49,27%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 21,83%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 19,94% eram analfabetos, 44,61% tinham o ensino fundamental completo, 32,71% possuíam o ensino médio completo e 4,40%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. O aumento do percentual de acesso ao ensino superior, em 2010, pode ser justificado pela inauguração do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no município, em 2007.

Vulnerabilidade Social

TABELA 03: Indicadores de Vulnerabilidade Social: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	68,08	40,57	25,20
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	72,96	50,00
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	17,75	7,94	2,18
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	22,12	20,08
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,68	2,83	2,35
Taxa de atividade – 10 a 14 anos	-	6,27	10,72
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	23,72	28,61	26,86
% de vulneráveis e dependentes de idosos	8,22	6,79	4,31
% de crianças com até 14 anos de idade que tem renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 mensais	58,60	37,06	25,44
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	87,71	75,77	60,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	61,42	43,68
Condições de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	41,75	50,92	72,45

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Elaborada pela autora.

Aspectos econômicos

Entre os anos de 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 37,1%, passando de R\$141,3 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 50,8%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,16% para 0,14% no período de 2005 a 2009.

A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 58,0% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação do PIB era de 28,0% em 2009 contra 35,4% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 35,4 em 2005 para 25,4% em 2009. O crescimento do setor comercial e dos serviços contribui para manter a estabilidade econômica do município.

Renda

A renda per capita média de Cachoeira cresceu 130,30% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 159,84, em 1991, para R\$ 239,23, em 2000, e para R\$ 368,11, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,49%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,58%, entre 1991 e 2000, e 4,40%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 75,63%, em 1991, para 51,52%, em 2000, e para 33,83%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,64, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,56, em 2010.

TABELA 04: Renda, pobreza e desigualdade social: Cachoeira – Bahia (1991-2010)

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	159,84	239,23	368,11
% de extremamente pobres	46,92	26,17	16,75
% de pobres	75,63	51,52	33,83
Índice de Gini	0,64	0,59	0,56

Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Elaborada pela autora.

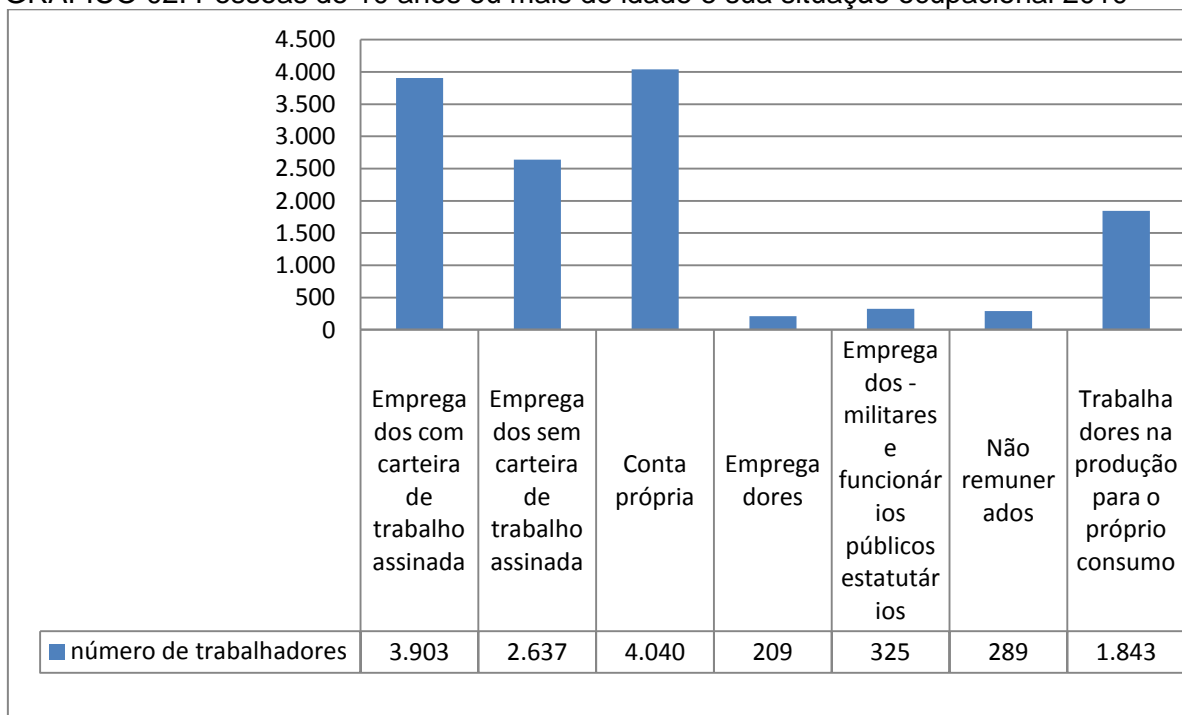
O crescimento da renda per capita média não traduz a realidade social do município, uma vez que se diagnosticou, no Censo 2010, que 60,25% da população são vulneráveis a pobreza.

Trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico o município em agosto de 2010 possuía 14.956 pessoas economicamente ativas onde 13.246 estavam ocupadas e 1.711 desocupadas. A taxa de participação ficou em 55,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 11,4%.

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 29,5% tinham carteira assinada, 19,9% não tinha carteira assinada, 30,5% atuam por conta própria e 1,6% empregadores. Servidores públicos representavam 2,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 16,1 dos ocupados.

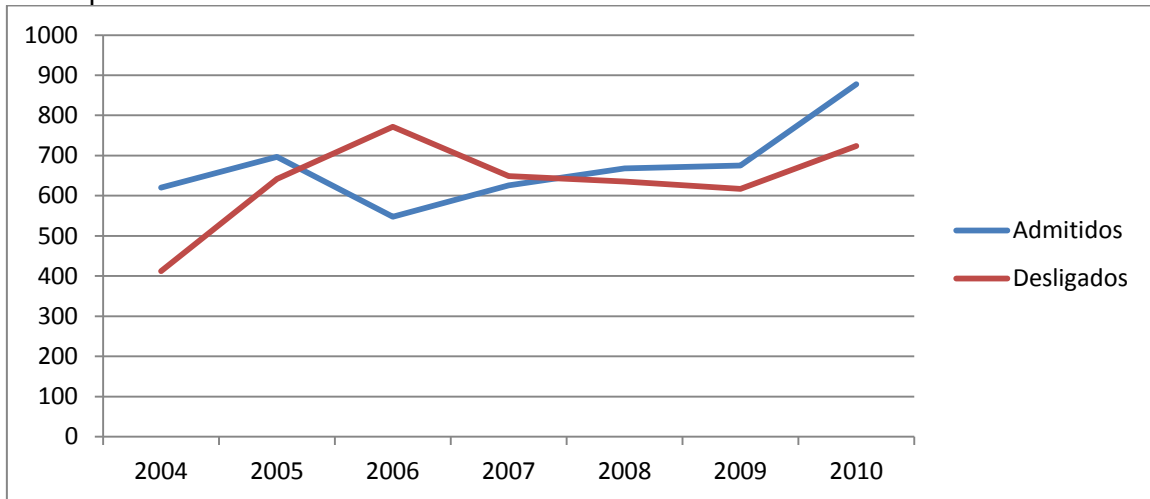
GRÁFICO 02: Pessoas de 10 anos ou mais de idade e sua situação ocupacional 2010



Fonte: Censo demográfico 2010. Elaborado pela autora.

O mercado de trabalho formal do município apresentou, entre 2004 e 2010, saldos positivos na geração de novas ocupações. O número de vagas criadas neste período foi de 497. No último ano as admissões registraram 878 contratações contra 724 demissões.

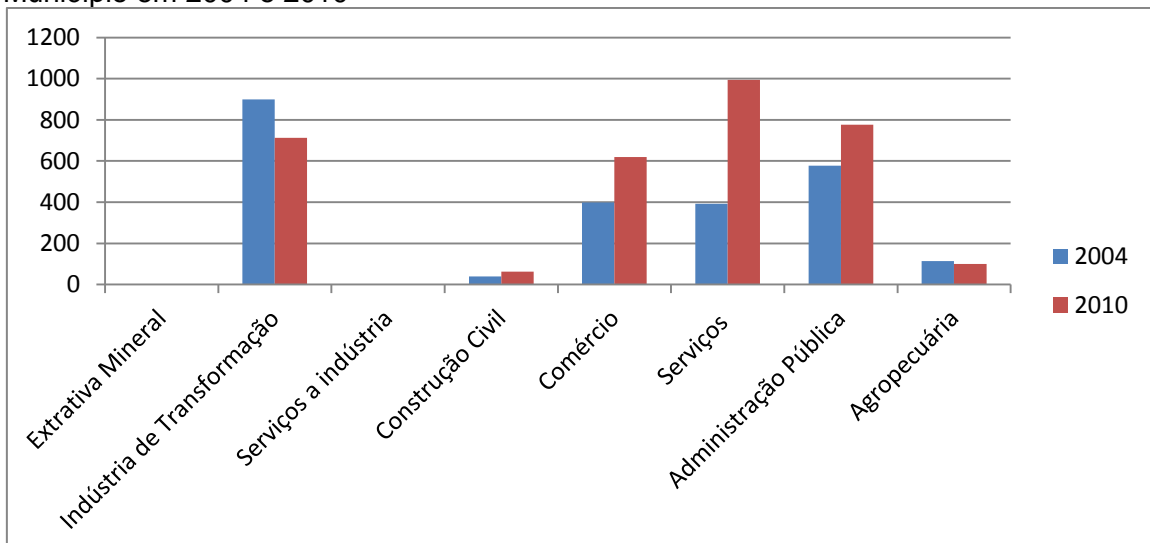
GRÁFICO 03: Número de trabalhadores admitidos e desligados entre 2004 e 2010 no município de Cachoeira - Bahia



Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaborado pela autora.

Serviços foi o setor com maior volume de empregos formais, com 994 postos de trabalho, seguindo pelo setor da Administração Pública com 776 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 54,2% do total dos empregos formais do município.

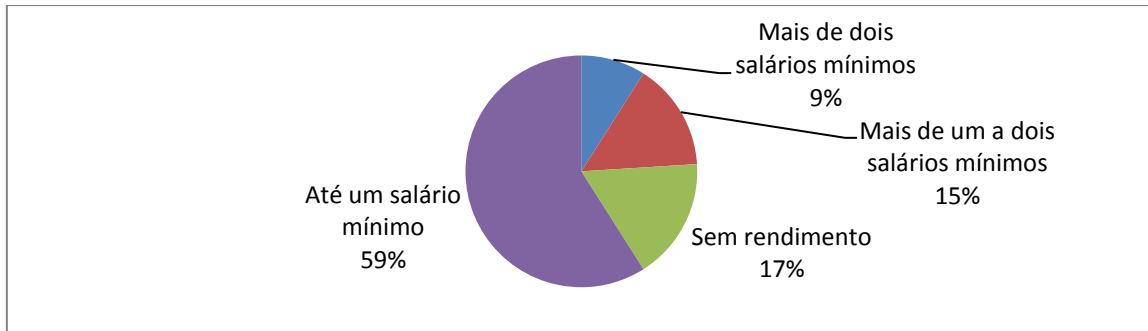
GRÁFICO 04: Distribuição dos postos de trabalho formais por setor de atividades no Município em 2004 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaborado pela autora.

Das pessoas ocupadas, 16,7% não tinham rendimentos e 75,7% ganhavam até um salário mínimo por mês.

GRÁFICO 05: Distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento nominal mensal 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010. Elaborado pela autora.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$672,75. Entre os homens o rendimento era de R\$803,89 e entre as mulheres de R\$552,43, apontando uma diferença de 45,52% maior para os homens.

A distribuição por grandes grupos de ocupação mostrou que os dois maiores grupos são dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e ocupações elementares. Junto, os dois grupos totalizam 43,3% das ocupações do município.

A distribuição das pessoas ocupadas por seção de atividades revelou que a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas detinham 49,1% do total da população ocupada no município.

4.3 Discussão dos resultados

4.3.1 A implementação de Programas de Qualificação Profissional em Cachoeira

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST¹⁰ é o órgão que coordena os programas de qualificação profissional, integrantes do Plano

¹⁰ A Secretaria Municipal de Assistência Social foi criada com a Lei Municipal nº519 de 07 de novembro de 1979 e extinta no ano de 2005, tendo como primeiro secretário o Padre Hélio César Leal Vilas Boas. No dia 19 de agosto do mesmo ano com a Lei Municipal 688/2005 é recriada a Secretaria com o nome de Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST onde é

Estadual de Qualificação Profissional – PEQ¹¹, no município de Cachoeira. A atuação da SEMAST, no que se refere aos programas de qualificação profissional, começou com a oferta esporádica de ações, realizadas apenas com o financiamento da Prefeitura. Após uma reunião, realizada em março 2013, com representações da Prefeitura, do Estaleiro Enseada do Paraguaçu - EEP, e do Sistema S. Foi pactuada uma parceria para a implementação de um amplo programa de qualificação profissional, que atendesse as potencialidades locais e territoriais do Estaleiro, de forma a garantir o acesso a novos postos de trabalho.

Em entrevista ao blog Luiz Müller, em 27 de fevereiro de 2013, os participantes da reunião fizeram ponderações acerca da adesão do município ao Pronatec Brasil sem Miséria que foi formalizada na ocasião.

O prefeito Carlos Pereira declarou que a iniciativa é uma das estratégias do plano de ação da administração municipal de combate ao desemprego em Cachoeira.

Nós estamos buscando parcerias para qualificar a nossa mão de obra, **a fim de atender as exigências do mercado**, principalmente no setor tecnológico onde há ofertas de vagas, a exemplo do Estaleiro Enseada do Paraguaçu que entrará em operação em 2014. O EEP vai construir e a integrar de unidades offshore, como plataformas, navios especializados e sondas de perfuração. Com investimento de R\$ 2 bilhões, o maior aporte de capital privado realizado na Bahia na última década, o EEP poderá processar até 36 mil toneladas de aço por ano, quando estiver em plena atividade. Após o início das operações, gerará 5.000 oportunidades de trabalho diretas e 10 mil indiretas. Carlos Pereira (grifo da autora)

Na ocasião, Márcia Lapa, do Departamento de Pessoas e Organização do EEP destacou a importância da qualificação profissional para ingresso no empreendimento.

concedido à Giliane Rodrigues o cargo de Secretária Interina. A secretaria funciona de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00h, no Centro Administrativo de Cachoeira, com loco no Largo D'ajuda, nº02, centro.

¹¹ O Governo do Estado implementou, em 2008, o Plano de Educação Profissional da Bahia. O plano é direcionado aos jovens, trabalhadores/as e estudantes egressos da Escola Pública. O Plano tem o objetivo de implantar as bases de uma política de Educação Profissional na Bahia, vinculada às demandas do desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos Territórios de Identidade e cadeias produtivas. A rede baiana estadual de educação profissional está presente em 105 municípios, e em 2011 atingiu o número de 48.818 matrículas, distribuídas em 72 cursos de 11 eixos tecnológicos distintos, ofertados em sua maioria em 46 unidades específicas, os Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional, e o restante em 93 escolas de nível médio que ofertam educação profissional.

O Estaleiro está comprometido em priorizar as cidades da região do Recôncavo para oferta das vagas de emprego. (...) As cidades do entorno do estaleiro terão prioridade para ocupar as vagas. Mas, para isso acontecer, **o primeiro passo é ter gente qualificada**, por isso é importante essa parceria entre o Estaleiro, o SENAI e a Prefeitura de Cachoeira. Márcia Lapa (grifo da autora)

Já, Greta Almeida, gerente da Escola Técnica do SENAI e responsável pelo PRONATEC, elogiou a iniciativa da prefeitura na busca de parcerias para qualificar a mão de obra disponível.

Percebemos que Cachoeira está comprometida com a educação profissional de jovens e adultos, **nos oferecendo toda infraestrutura para implantação do programa e sem medir esforços para realizar a adesão**. Greta Almeida (grifo da autora)

Na avaliação da secretária de Assistência Social do município, Ana Cristina Soares, o resultado do encontro foi considerado positivo.

Mostramos que Cachoeira reúne toda estrutura necessária para termos um centro de formação com cursos do Pronatec e que **estamos comprometidos com a qualificação profissional e encaminhamento para o mercado de trabalho**. É muito importante essa abertura de diálogo e parceria que inauguramos entre o Estaleiro, o Senai e a prefeitura. Ana Cristina Soares (grifo da autora)

Verifica-se nos trechos das entrevistas grifadas acima, as bases da Teoria do Capital Humano. A teoria desenvolvida por Schultz prega que o maior investimento na educação torna o indivíduo mais competente para concorrer no mercado de trabalho e que sua escolarização pode garantir uma posição melhor ou uma mobilidade social. Contudo, esta teoria deposita no indivíduo a responsabilidade por sua condição social.

No que se refere ao interesse do EEP pela ampliação da oferta de programas de qualificação profissional, foi oriundo das Medidas Mitigadoras, elaboradas após o desenvolvimento do estudo EIA/ RIMA (2009, p.59), com a finalidade de reduzir os impactos negativos que a implantação do estaleiro poderia provocar.

As medidas

(...) objetivam propor ações com a finalidade de prevenir, mitigar, monitorar, compensar os impactos negativos, além de potencializar os impactos positivos, durante o processo de implantação e

operação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. (EIA/RIMA, 2009, p. 7)

Algumas das Medidas Mitigadoras de impacto sócio econômico foram:

TABELA 06: Medidas Mitigadoras estabelecidas no EIA/RIMA (2009)

Medida	Nome da Medida
Nº 19	Capacitação de pessoas para o setor terciário.
Nº 29	Programa de Alfabetização
Nº 30	Programa primeiro Emprego
Nº 31	Contratação de mão de obra em municípios da área de influência do empreendimento.
Nº 45	Preparação de mão de obra para outras atividades econômicas.
Nº 52	Valorizar outras atividades produtivas.
Nº 54	Estabelecer parceria com o SEBRAE.

Fonte: EIA/RIMA (2009, p.74-81).

A implementação do EEP interferiu na dinâmica sócio econômica e produziu um exército de mão de obra de reserva, ao qualificar esses trabalhadores para competirem no mercado de trabalho, com a promessa de que, por meio desses cursos, se tornariam empregáveis. Como podemos verificar no relato de um dos egressos:

“O curso foi bom porque eu consegui um trabalho lá no estaleiro. Mas, foi por pouco tempo, eles acabaram mandando a gente embora depois da instalação. Eu agora estou procurando trabalho lá em Camaçari. Como o curso foi bom e eu já tenho experiência já acho que vou arrumar outra coisa.” (E. D. V. C.)

Durante a realização das entrevistas, pude concluir a partir do relato de E.D.V.C., que sua inserção no mercado de trabalho, esteve vinculada aos movimentos de expansão e retração do capital, que ampliaram os postos de trabalho no estágio de implementação do empreendimento naval, mas que foram reduzidos após sua concretização.

Os braços do Estado, e suas representações, auxiliam o capitalismo em seus anseios, formando a mão de obra útil e necessária com os valores e atitudes que fomentam e ajudam o capitalismo em sua perpetuação e que no fundo apenas mantém a estrutura existente e aumenta as mazelas sociais.

4.3.2 A oferta de qualificação entre os anos de 2013-2015

Em 18 de outubro de 2013, foi inaugurado o Centro de Qualificação Profissional, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SEST - Serviço Social do Transporte/SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; resultaram na oferta de dos seguintes cursos:

TABELA 07: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira (2013).

ANO	CURSO	TOTAL DE INSCRITOS	CONCLUÍNTES
2013	Agente de informações turísticas	51	22
2013	Assistente administrativo T1*	29	20
2013	Assistente administrativo T2*	22	17
2013	Caldeireiro T1*	43	31
2013	Caldeireiro T2*	37	15
2013	Eletricista industrial*	45	36
2013	Eletricista industrial predial de baixa tensão*	55	33
2013	Encanador instalador industrial*	40	37
2013	Espanhol aplicado a serviços turísticos T1*	23	16
2013	Espanhol aplicado a serviços turísticos T2*	20	11
2013	Inglês aplicado a serviços turísticos T1	24	10
2013	Inglês aplicado a serviços turísticos T2	43	09
2013	Inglês aplicado a serviços turísticos T3	50	09
2013	Inglês aplicado a serviços turísticos T4	22	15
2013	Mecânico de máquinas industriais T1*	46	23
2013	Mecânico de máquinas industriais T2*	46	24
2013	Operador de retroescavadeira*	50	31
2013	Organizador de eventos	40	14
2013	Porteiro e vigia T1	23	14
2013	Porteiro e vigia T2	25	17
2013	Recepcionista T1	30	20
2013	Recepcionista T2	28	22

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora.

*Os cursos sinalizados são demandas do EEP

TABELA 08: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira (2014).

ANO	CURSO	TOTAL DE INSCRITOS	CONCLUÍNTES
2014	Assistente administrativo	38	11

2014	Assistente de crédito e cobrança	29	21
2014	Auxiliar de pessoal	41	19
2014	Caldeireiro T1*	44	16
2014	Caldeireiro T2*	44	20
2014	Cuidador de idosos T1	44	27
2014	Cuidador de idosos T2	42	32
2014	Cuidador infantil T1	41	27
2014	Cuidador infantil T2	40	37
2014	Eletricista industrial T1*	43	14
2014	Eletricista industrial T2*	43	21
2014	Eletricista naval*	32	9
2014	Encanador industrial*	42	12
2014	Encanador instalador predial T1*	40	17
2014	Encanador instalador predial T2*	43	9
2014	Espanhol intermediário	19	11
2014	Inglês aplicado a serviços turísticos	30	20
2014	Inglês intermediário	18	12
2014	Inspetor de qualidade	35	22
2014	Manicure e pedicure	20	12
2014	Mecânico de máquinas industriais*	36	13
2014	Operador de caixa	31	20
2014	Operador de empilhadeira*	20	17
2014	Operador de supermercado	30	17
2014	Porteiro e vigia T1	35	10
2014	Porteiro e vigia T2	22	16
2014	Recepcionista	21	17
2014	Vendedor	26	15

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora

*Os cursos sinalizados são demandas do EEP

TABELA 09: Cursos do Pronatec realizados no município de Cachoeira (2015).

ANO	CURSO	TOTAL DE INSCRITOS	CONCLUÍNTES
2015	Agente de observação de segurança	38	Em curso
2015	Classificador de couros	38	18
2015	Pintor industrial*	34	Em curso

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora

*Os cursos sinalizados são demandas do EEP

Na zona rural, foi inaugurado em fevereiro de 2014, o Centro de Formação e Inclusão Digital Ursulina Pereira Luz, localizado no povoado da Formiga. O Centro foi criado para proporcionar a comunidade cursos profissionalizantes, acesso a informática, dentre outros serviços.

Nesse mesmo ano foram desenvolvidas ações de capacitação através do Programa de Inclusão Produtiva, nas comunidades rurais/quilombolas e nos Centros de Referência. Este programa já contemplou aproximadamente duas mil pessoas, através da oferta de mais de 30 cursos gratuitos.

No ano de 2015 foram ofertados 24 cursos de inclusão produtiva em 18 localidades do município de Cachoeira.

TABELA 10: Relação dos Cursos de Inclusão Produtiva (2015)

LOCALIDADES	CURSOS
Associação de Moradores do Caquende	Bisquit
CRAS Tradicional	Customização em blusa / Oficina de bordados em fitas
CRAS Capoeiruçu	Customização em blusas
Calolé	Arranjo de meias de seda
Caimbongo	Sandálias decoradas
Embiara de baixo	Sandálias decoradas
Embiara de cima	Sandálias decoradas
Centro de Qualificação Ursulina Pereira	Bisquit / Customização em blusa / Peças íntimas
Iguape	Sandálias decoradas
Ladeira da Cadeia	Bisquit / Arranjos de meias de seda / Confecção de bijuteria
Opalma	Arranjo de meias de seda
Pinguela	Confecção de Bijuteira
Saco	Bombons e Trufas
Tabuleiro da Vitória	Arranjos de meias de seda
Terra Vermelha	Pinturas diversas
Tibiri	Bombons e Trufas
Tupim	Bombons e Trufas
Tombo	Pintura diversas
TOTAL DE LOCALIDADES: 18	TOTAL DE CURSOS: 24

Fonte: SEMAST. Elaborado pela autora.

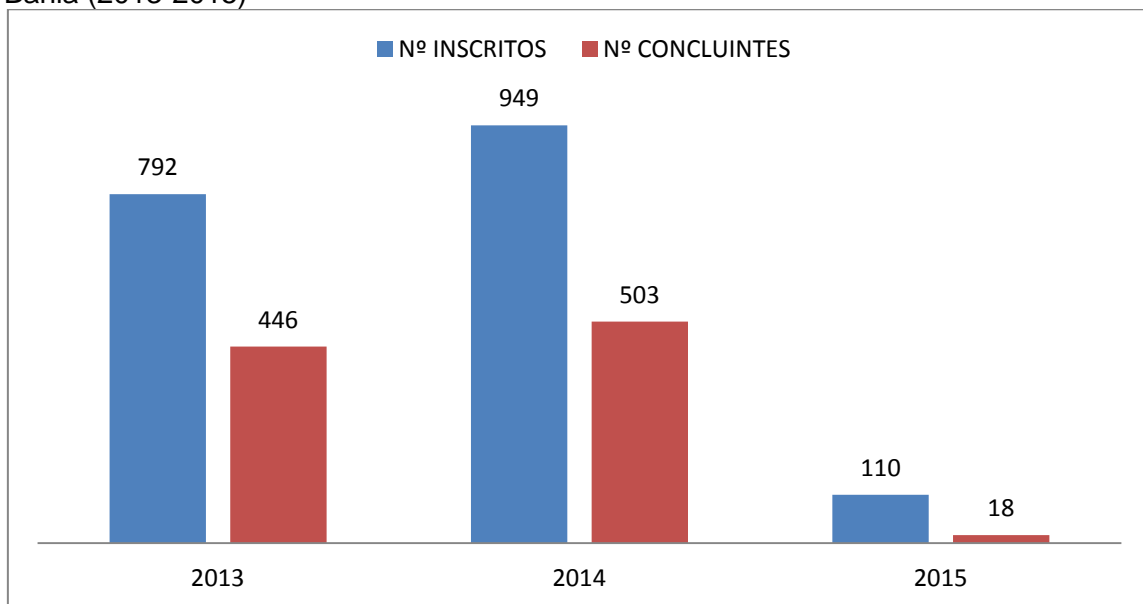
A oferta de cursos de inclusão produtiva coincidiu com o cumprimento da Medida Mitigadora nº 52 do EEP que previa a valorização das atividades produtivas praticadas na região, como artesanato, produção com fibras vegetais, cerâmica, construção de pequenas embarcações, visando fortalecer as atividades tradicionais praticadas e a fixação de pessoas nos seus respectivos locais de origem.

A relevância da oferta dos cursos de inclusão produtiva na zona rural é justificada pela invisibilidade histórica dada a essa população. A dificuldade de acesso a políticas públicas e serviços na zona rural, faz com que ela concentre 23,30% da população extremamente pobre (com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$70,00) do município de Cachoeira, conforme dados do IBGE. Durante o processo de pesquisa podemos constatar que apenas 17,2% dos egressos do PRONATEC residem na zona rural

A oferta de cursos é escolhida pelos gestores/coordenadores dos programas de acordo com o perfil do território de identidade, e pelas novas demandas do mercado.

Se contabilizarmos a oferta de curso através do PRONATEC, entre os anos de 2013 e 2014, já foram qualificados aproximadamente 1700 egressos. Entretanto, é notável a redução da oferta de cursos de qualificação no ano de 2015.

GRÁFICO 06: Evolução do número de matrículas do Pronatec no município de Cachoeira - Bahia (2013-2015)



Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora

A redução de vagas de seu pelo corte de verbas no orçamento da pasta do Ministério da Educação, ocasionou impacto na oferta de cursos nos municípios, como Cachoeira. Com base no gráfico apresentado, podemos perceber uma redução na oferta de cursos do PRONATEC no ano de 2015. O percentual de 2015 é menor que o de 2013 quanto o programa foi implementado no município.

4.3.3 O perfil dos egressos

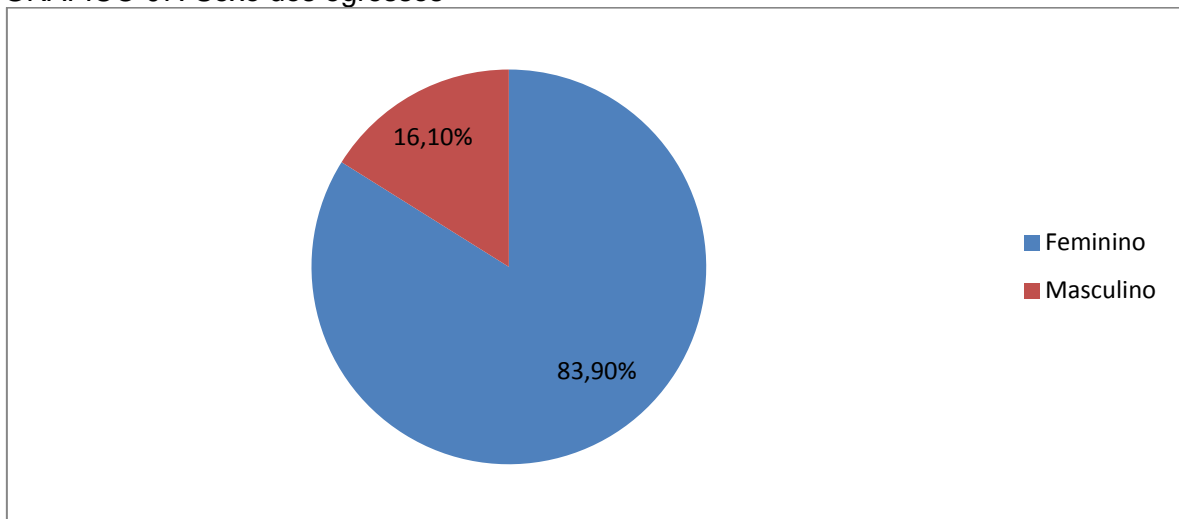
Os formulários quantitativos e qualitativos (disponíveis nos Apêndices B e C), foram utilizados com a finalidade de coletar informações sobre os egressos do PRONATEC. Eles foram avaliados a luz da compreensão sobre as dinâmicas sociais

e conjunturais do mercado de trabalho e possibilitou mensurar, o perfil dos egressos e a eficácia do programa para a comunidade cachoeirana.

Apresentam-se abaixo os dados relativos a amostra dos participantes do PRONATEC 2013 – 2014, no município de Cachoeira – Bahia.

Os participantes do estudo (n = 174) são predominante do sexo feminino no conjunto dos indivíduos que participaram dos cursos de qualificação profissional, entre os anos de 2013-2015, ofertados no município de Cachoeira, as mulheres representam 83,9% da população estudada.

GRÁFICO 07: Sexo dos egressos



Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora.

Tal fato mostra-se relevante por apontar uma feminização no mundo do trabalho, bem como sua importância no núcleo familiar, sobretudo no que se refere à possibilidade de ampliação da renda e garantia de sobrevivência da família. O relato de uma das egressas deixa este fato em evidência:

“Em 2014 eu perdi minha mãe, aí não tinha como cuidar dos meus irmãos e a mais velha era eu. Fiquei sem saber o que fazer. Eu não tinha terminado o terceiro ano. Quando minha mãe morreu, eu parei de estudar. Quando teve a inscrição eu fiz para tomar o curso que teve de noite no Estadual. De dia eu fazia faxina e de noite ia para o curso. O dinheiro do curso ajudava a comprar a comida lá de casa. O curso é muito bom porque antes não tinha nada.” (B. C. S.)

B.C.S., mulher, negra, 19 anos, tornou-se responsável pelo núcleo familiar após o falecimento da sua mãe. Segundo Baiocchi (2008, p.38), a inserção no mundo do trabalho está em muitos casos ligadas à necessidade das mulheres em

contribuir e/ou garantir o sustento das famílias. A realização do curso de qualificação profissional foi avaliada de forma positiva, pois, a cursista utilizava o auxílio para alimentação e transporte (R\$10,00 dia-aula), disponibilizado pelo Programa, para o complementar a renda familiar.

Convém frisar que as mulheres apresentam uma forma de ingresso ao mercado de trabalho diferente dos homens. Apesar da feminização nos cursos de qualificação, observou-se que aproximadamente 68% das egressas encontravam-se desempregadas ao ingressarem no programa de qualificação profissional

a maior parte das mulheres estudadas encontravam-se desempregadas.

TABELA 11: Situação ocupacional dos egressos

	SITUAÇÃO OCUPACIONAL		Total	
	Empregado	Desempregado		
SEXO	Feminino	47	99	146
	Masculino	10	18	28
Total		57	117	174

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora.

As dificuldades encontradas, além da pouca experiência profissional e baixa escolaridade, estão na necessidade de sair de casa e não ter quem possa cuidar dos filhos. Podemos observar este fato no relato de P.F.O. (mulher, 29 anos, à procura do primeiro emprego).

“Eu não consegui terminar o ensino médio, tive meu primeiro filho com 16 anos, e só voltei a estudar quando ele estava maiorzinho. O curso era bom porque eu ganhava um dinheiro, tanto que eu já fiz dois. Quero trabalhar na área, mas enquanto não aparece nada vou fazendo os curso.” (P. F. O.)

Constata-se que

“a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA, 2007, p. 599).

Para o autor, a inserção das mulheres no mundo do trabalho, ainda está permeada pelas desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho. Saffioti (1976), complementa, ao manifestar que tais mudanças ocorridas são oriundas do advento do capitalismo industrial, onde as mulheres passaram a desempenhar atividades ocupacionais fora do lar. Neste contexto, amplia-se o aparecimento da autonomia econômica individual ainda que mais acentuada para os homens que para às mulheres, contribui para a redução das diferenciações de gênero.

No que concerne à faixa etária, 62,1% possuem de 18 a 30 anos de idade; 25,3% estão na faixa de 31 a 40 anos; 9,2% têm de 41 a 40 anos; 3,4% se inserem na faixa de 51 a 60 anos.

Observa-se que a maior concentração está na idade jovem, situado no intervalo de 18 a 30 anos (62,1%), o que indica uma população jovem, utilizando-se dos cursos de qualificação profissional ofertados pela SEMAST. Entretanto, existe um percentual significativo de egressos entre 41 e 60 anos (12,6%), o que configura uma aprendizagem intergeracional.

O curso era bom por causa do pessoal. Como eu era a mais velha da turma ficava me perguntado o que estava fazendo ali. Os professores eram muito legais porque eu já tinha muito tempo sem estudar e não acompanhava bem os assuntos. Eu não ia por causa de emprego, mas gostava de aprender as coisas lá no curso.” (W. A. P.S.)

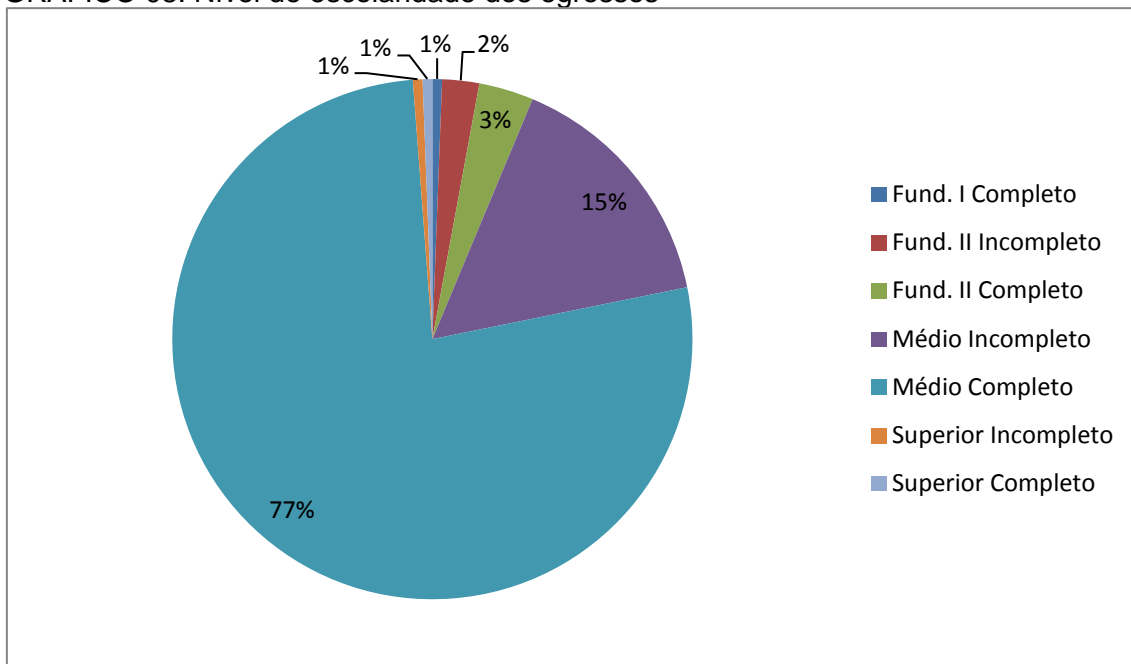
Ao possibilitar que as pessoas envelheçam ativamente pressupõe o reconhecimento da singularidade de interesses, de aptidões e de necessidades. Para Leeson (2009, p. 268), o acesso a contextos de aprendizagem, em um período de modificações tecnológica e informacional, está para além da formação para o mercado de trabalho.

A aposta na formação dos mais velhos e a valorização de novas aprendizagens em idades avançadas foram avaliadas positivamente pelos egressos com faixa etária entre 41 e 60 anos. Entretanto, podemos observar no relato de W. A. P. S., que os questionamentos dos colegas de classe são fruto de dúvidas sobre o lugar da qualificação profissional para trabalhadores em idade avançada. Percebo que eles ainda possuem uma visão redutora de que o investimento em formação só

faz sentido quando tem um retorno tangível, pelo contributo que essas pessoas poderão dar em termos produtivos.

No que se refere a escolaridade, observa-se que 77% dos egressos informaram possuir o ensino médio completo. Essa informação indica que os egressos dos programas de qualificação profissional não dispõem de um grau de escolarização tão precário.

GRÁFICO 08: Nível de escolaridade dos egressos



Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora.

A ampliação do anos de estudo deixou de ser garantia de emprego, a partir das análises de Braverman, foi possível compreender que apenas uma pequena parcela dos “qualificados” de fato consegue entrar no mercado. Como podemos observar na tabela abaixo o aumento da escolaridade não é o fator determinante para o acesso ao mercado de trabalho.

TABELA 12: Correlação entre escolaridade e situação ocupacional dos egressos

	SITUAÇÃO OCUPACIONAL		Total	
	Empregado	Desempregado		
ESCOLARIDADE	Fund. I Completo	0	1	1
	Fund. II Incompleto	2	2	4
	Fund. II Completo	0	6	6
	Médio Incompleto	11	16	27

	Médio Completo	43	91	134
	Superior Incompleto	0	1	1
	Superior Completo	1	0	1
Total		57	117	174

Fonte: SISTEC. Elaborado pela autora.

Destacamos que a educação ainda se configura como uma condição necessária para a obtenção de ganhos salariais, mas esse elemento sozinho não é capaz de conter os problemas ocasionados pela própria forma de estruturação do sistema capitalista. Logo, não é o bastante expandir unicamente o sistema educacional, já que as barreiras postas pelo próprio sistema dificultam a promoção dos indivíduos no mercado de trabalho.

“O curso é importante porque dá oportunidade a quem não conseguiu continuar a estudar. Eu não fiz faculdade, nem passei para a UFRB. Mas, quando eu fiz o curso foi bom porque me deu uma oportunidade de trabalhar. Eu já tenho um ano e meio no serviço e eu só consegui entrar por causa do certificado do curso.”
(A. P. F.)

Podemos contextualizar o relato de A. P. F., com a análise que Bourdieu (2004, p. 164), faz sobre o título escolar, enquanto capital simbólico universalmente reconhecido e garantido, válido em todos os mercados. A certificação emitida através do curso é identificada como mecanismo propulsor do acesso ao mercado de trabalho.

No que tange os vínculos empregatícios, durante o processo de entrevista foi constatado que 40% são empregados assalariados com registro, 30% nunca trabalhou e está em busca do primeiro emprego, 20% está empregado, mas não possui registro e 10% estão desempregado. Quando ao trabalho recebido os egressos 60% recebem um salário mínimo e 40% não possui rendimento.

“O curso ajudou na minha rotina de trabalho e no meu crescimento na empresa. Quando eu entrei não conhecia bem o trabalho, aí depois do curso o pessoal assinou minha carteira e eu estou lá já faz um ano. O curso foi bom por isso. Agora eu tenho mais segurança no trabalho não fico com medo de me mandarem embora, eles precisam de mim lá no serviço.” (A. F. C.)

A qualificação profissional foi identificada pelo egresso A. F. C. de forma positiva, na medida em que o trabalhador teve sua situação ocupacional

regulamentada após a realização do curso. Algo que despertou a atenção foi o trecho “(...) *não fico com medo de me mandarem embora, eles precisam de mim lá no serviço*”. Mesmo com vínculos empregatícios frágeis a trabalhadora relata que não sente medo da ameaça de ser demitida.

Ao serem questionados sobre a continuidade dos estudos 90% respondeu que não continuou a educação regular, e 50% realizou outros cursos de qualificação profissional. O que levantou o seguinte questionamento: a procura pelos cursos de qualificação é feita pelo interesse na qualificação profissional ou pelo acesso ao auxílio financeiro que os cursistas recebem?

Durante o processo de coleta de dados no SISTEC, pude observar é grande o contingente de egressos que realizam mais de dois cursos de qualificação. Foi percebido, através das entrevistas que o auxílio financeiro é um fator preponderante para a realização dos cursos.

“O curso no início não era bom. O dinheiro atrasava e eu pensei até em desistir, mas como foi minha mãe que me inscreveu eu continuei assistindo aula. Eu não gostava muito porque queria fazer outro curso, mas o que eu queria não tinha, aí acabei fazendo por causa dela e por conta do dinheiro.” (E. C. M.)

Com base no relato de E.C.M., mulheres, 20 anos, em busca do primeiro emprego, foi possível observar que a ausência de postos de trabalho e a dificuldade de acesso ao primeiro emprego fazem com que muitos jovens optem em realizar cursos de qualificação profissional.

Segundo Dias e Guimarães:

“(...) cotidianamente, as famílias pobres são obrigadas a repensar e reformular suas estratégias de vida, sobretudo no que concerne à obtenção dos rendimentos, adotando como estratégias para aumentar a baixa ou inexistente renda familiar, o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. São estratégias que visam aumentar a renda familiar e também uma forma de assegurar sua inserção social. O jovem assume, nesse arranjo familiar, papel importante, uma vez que a manutenção da família deixa de ser responsabilidade apenas do pai e passa a ser uma experiência de partilha entre todos os membros”. (GUIMARÃES, 2007, p.130)

De uma forma geral, os dados coletados junto aos egressos indicaram uma satisfação com o Programa, e também mensuraram o anseio de retomar à

escolarização formal, adquirir novos conhecimentos, melhorar o desempenho profissional, conseguir emprego e melhorar a renda.

Em Segnini (2000), Severino (2000) e Frigotto (2000), percebe-se a relevância que o conhecimento assume na vida moderna. Paiva (1995) ressalta que as características da era contemporânea exigem conhecimento efetivo, capacidade de utilizá-lo e flexibilidade para adaptá-lo a novas condições. Segnini (2000), ainda, indica que a educação e a formação profissional aparecem como capazes de possibilitar a competitividade e concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego.

O referencial teórico adotado neste estudo mostrou uma heterogeneidade em torno das expectativas em relação à qualificação profissional. Tal diversidade de interpretação deve ser considerada no momento do planejamento de programas de qualificação e requalificação, para que não haja distorções em relação à demanda efetiva do mercado e às carências dos trabalhadores.

COMENTÁRIOS FINAIS

O processo de construção desse estudo foi, em diversos sentidos, um grande desafio. A coleta de dados no SISTEC foi um enorme aprendizado. Coletar dados em uma plataforma até então desconhecida instigou-me a desenvolver ferramentas para o aprimoramento deste trabalho. A busca por informações conduziu-me a realizar entrevistas com egressos do programa, fato que trouxe aspectos da realidade que não poderiam ser apresentados apenas através de uma análise quantitativa. O desenvolvimento da pesquisa não aconteceria sem o auxílio da coordenação do Programa que contribuiu para o acesso a informações, sempre que foi requisitada.

A exposição das considerações fará referência a todo o processo de construção dessa monografia, desde as primeiras leituras até a fase final de correções e ajustes, sempre estabelecendo um parâmetro a fim de evidenciar a quem atende a qualificação profissional em nosso país.

As políticas de formação profissional das camadas mais pobres da classe trabalhadora têm servido como estratégia de a administração das expressões da Questão Social, que na atualidade tem assumido a configuração de desemprego e toda a violência decorrente dessa condição. Essa camada, que desde sempre no sistema capitalista, fez parte do exército industrial de mão de obra de reserva, tem sido alvo de manobra por parte de diferentes governos, com diferentes fins.

Desde o período colonial estava determinado quem deveria ter acesso à educação e aos estudos contínuos, e quem deveria desempenhar os trabalhos manuais. No período imperial, por sua vez, o ensino profissional se deu através de escolas criadas para ensinar profissões aos órfãos e desvalidos, com o intuito de regenerar os meliantes pelo trabalho, e irradiar ideologias de contenção dos potenciais de organização.

Com a Proclamação da República, em 1889, fundamentou-se o discurso de que para o crescimento e o desenvolvimento do país, era necessário a profissionalização da população, para servir como mão de obra às indústrias instaladas, assim como àquelas que viriam a ser construídas. Desta forma, ampliou-se o público destas instituições, incorporando, os filhos/as de operários. Entretanto, não se perdeu o caráter assistencialista e de controle da marginalidade presente no processo de formação.

Em decorrência do início do processo de urbanização e industrialização, a formação para o trabalho dos pobres passou a servir também à formação de mão de obra urbana, conforme a demanda do momento. Décadas passaram-se e a educação profissional esteve segregada perante as elites, pois estava historicamente vinculada ao ensino do trabalho manual.

No cenário contemporâneo, novas exigências laborais têm demandado um novo perfil de trabalhador – polivalente, multifuncional, criativo, flexível, comprometido e pronto para atender às necessidades do mercado. De forma a modificar e orientar as políticas públicas de educação, para que se tornem políticas públicas de geração de trabalho e renda.

O ensino profissionalizante, na maioria dos casos, encontrou-se/encontra-se vinculado ao propósito de servir apenas às demandas das grandes corporações industrializadas. Foi possível perceber ao longo do desenvolvimento desta monografia, que ainda vivenciamos a formação diferenciada para cada função profissional e cada classe social. De forma a compor relações hierárquicas no mercado de trabalho e na sociedade burguesa.

A realização dos cursos de qualificação retira os sujeitos do não-lugar que ocupavam socialmente. Se anteriormente, o cursista não era identificado como estudante, por não estar vinculado à educação formal; e nem como trabalhador por não ter sido absorvido pelo mercado; durante a realização dos cursos eles inserem-se como mão de obra em qualificação para o atendimento às necessidades do mercado.

Dessa perspectiva, o problema que orientou o estudo está centrado na seguinte questão: Os programas de qualificação profissional desenvolvidos pela SEMAST no município de Cachoeira estão qualificando o trabalhador para as demandas do mercado?

A hipótese elaborada, de que os programas de qualificação profissional foram gestados para atender às demandas do mercado, foi confirmada. A implementação de programas de qualificação profissional no município de Cachoeira, deu-se a partir de uma demanda do Estaleiro Enseada do Paraguaçu.

Ao atender demandas advindas do empreendimento naval corrobora com o fomento à iniciativa privada, ainda que numa tentativa de reduzir o desemprego e a pobreza. Podemos perceber, também, que os cursos ofertados através do

PRONATEC possuem traços relacionados ao PLANFOR, na medida em que são ofertados com o objetivo principal de atender às demandas mercadológicas.

Já os cursos ofertados através do Programa de Inclusão produtiva, vinculam-se, ainda que de forma incipiente, à perspectiva do PNQ, uma vez que evidenciam o desenvolvimento econômico e social através do crescimento e expansão do mercado de consumo de massa e da incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor.

Um dos grandes desafios para a implementação de programas municipais é pensar na oferta de cursos de qualificação que garantam sustentabilidade à comunidade, permitam aos trabalhadores permanecer em seu local de origem, em condições de trabalho menos precarizadas e sem a ameaça de oscilação dos grandes mercados.

Apesar dos desafios encontrados, os cursos ofertados no município são avaliados de forma positiva pelos egressos. O acesso a uma renda complementar, atrelada à continuidade dos estudos e a melhoria na qualificação são elementos identificados como motivadores para a realização e permanência nos cursos de qualificação. Tal argumento justifica-se nos relatos dos entrevistados e nos dados quantitativos que demonstram que 50% dos cursistas, realizaram mais de um curso de qualificação, entre os anos de 2013-2015.

De tudo que foi analisado, depreende-se que, embora a difusão da qualificação para a classe trabalhadora seja um importante fator de diminuição das desigualdades de oportunidades entre os indivíduos, no mercado de trabalho, ela não pode ser vista como solução para o desemprego estrutural desta nova etapa do capitalismo. A não empregabilidade atinge hoje tanto as pessoas menos qualificadas como as mais qualificadas, isto é, não se pode pensar a empregabilidade sem levar em consideração a variável fundamental do problema que é a demanda por trabalho por parte das empresas, bem como as características do capitalismo contemporâneo.

Conclui-se, portanto, que a ampliação de novas qualificações, por meio da extensão massiva da formação profissional, ao invés de garantir emprego a todos e a todas, cria, por um lado, a possibilidade do capital afirmar (e perpetuar) a existência de homens e mulheres como instrumentalidades para si (como é o caso da lógica da qualificação profissional). A elaboração e implementação dos

programas de qualificação profissional, possui assim como grande desafio gestar-se em meio às contradições do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Da formulação à implementação: análise das políticas governamentais de educação profissional no Brasil**. 2003. 243f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARANHA, Antônia Vitória. Soares; DIAS, Deise Soares. **Trabalho como princípio educativo na sociabilidade do capital**. In: MENEZES NETO, Antônio Júlio; CUNHA, Daisy. Moreira (Org.); *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2009. p. 115-127.
- BEHRING, Elaine R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRESSAN, V. **Educação geral e profissional: ensino médio integrado e as possibilidades da formação unitária e politécnica**. (Mestrado em Economia Política da Educação). Curitiba: UFPR, 2006.
- BOURDIEU P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CASTANHO, Sérgio. **Educação e trabalho no Brasil colônia**. Mimeo. Trabalho apresentado na sessão “Colóquios de História da Educação” do Grupo HISTEDBR – Unicamp, 2006.
- CASTRO, Delúbio Soares de; MACEDO, Bernardo Gouthier. **O FAT e o sistema público de emprego: a visão dos trabalhadores. Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto Internacional**. São Paulo: DIEESE, 1998.
- DRUCK, Maria da Graça. **Qualificação, empregabilidade e competência: mitos Versus realidade**. In: GOMES, Álvaro (Org.). *O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho*. São Paulo: A.Garibaldi; Bahia: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 81-90.

EIA/RIMA. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Estaleiro do Paraguaçu**. SUDIC: Salvador, 2009.

ELLIS, M. et al. **O Brasil Monárquico: Declínio e queda do Império**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 4).

ENGELS, Friedrich (1876). **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> Acessado em 19/12/2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. **A Educação Profissional no Planejamento Plurianual do Governo FHC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006.

FERRETI, C. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOGAÇA, A. e SALM, C. A propósito do seminário sobre educação, força de trabalho e competitividade. In: ALBUQUERQUE, R. C. e VELLOSO, J. P. **Um modelo para a educação no século XXI**. São Paulo: José Olympio Editora, 1999.

GODOY, Arilda Schimidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20 – 29. Mai – Jun. 1995.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin (coord.). **Jovens, educação e campos simbólicos**. Goiânia: Editora UCG, 2007

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: cadernos e pesquisa, v.37, n. 132, p. 595 – 609, set./dez. 2009. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>> Acesso 03/02/2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 23/02/2016

IBGE. **Cachoeira – BA**. Biblioteca virtual. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/cachoeira.pdf>> Acesso em: 02/02/2016.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em: 25/01/2016.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

KUENZER, Acácia Z. (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEESON, George. **Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida**. In Fundação Calouste Gulbenkian. O Tempo da Vida. Fórum Gulbenkian da Saúde sobre o Envelhecimento 2008/2009 (pp. 265-286). Cascais: Princípia, 2009.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos 90**. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G.; (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Lisboa: Escorpião, 1974.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Livro Primeiro. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1.

MATTOSO, Jorge. **Terceira Revolução Industrial e Mundo do Trabalho**. In: A Desordem do Trabalho. São Paulo: Página Aberta, p. 69 - 158, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTb). **Questões críticas da educação brasileira: consolidação de propostas e subsídios para ações na área da tecnologia e da qualidade**. Brasília, 1995.

_____. **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentando**. Brasília, 1999.

_____. PLANFOR: 1996/99. Planos Estaduais de Qualificação, Parcerias Nacionais e Regionais. **Avaliação gerencial 1996**. Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Emprego no Brasil: diagnóstico e políticas**, MTE, Assessoria Especial do Ministro, mimeo, Brasília, 1998.

_____. **Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ: 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <www.sine.rn.gov.br>. Acesso em: 01 fevereiro de 2016.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Guia do PLANFOR 2000**. 2000. 91p.

_____. Secretaria de Políticas Públicas e Emprego (SPPE). **Guia do PLANFOR 2001**. 2001a.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Relatório gerencial**. 2001b.

MULLER. **Blog do Luiz Muller**. Disponível em : <<https://luizmullerpt.wordpress.com/2013/02/27/bahia-municipio-de-cachoeira-adereao-pronatec-brasil-sem-miseria-para-qualificar-mao-de-obra/>> Acesso em: 28/12/2015

NEVES, Lúcia M. W. **A Hora e a Vez da Escola Pública: um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991. Tese de doutorado.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; NAKATANI, Paulo. The brazilian economy under Lula: a balance of contradictions. **Monthly Review**. New York, v. 58, n. 9, feb. 2000. Disponível em: <www.monthlyreview.org>. Acesso em: 15 janeiro. 2016.

PEDRÃO, Fernando. **Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos**. Revista Recôncavos. Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, vol. 1, Ano I, p. 8-22, 2007.

PICCININI, Valmiria C. **Trabalho, Qualificação Profissional e Tecnologia: um estudo comparativo**. In: Anais do 19º Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração. Angra dos Reis, set. 1996. v. I, n. 9, Recursos Humanos.

PINTO, Augusto G. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Márcio. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil**. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). Economia e Trabalho: textos básicos. Campinas: UNICAMP. IE, 1998, p. 219-233.

_____. **e-trabalho**. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.]

RI SOCIAL. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>> Acesso em: 20/12/2015

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1980

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SANTOS, J. A. dos. **A Trajetória da Educação Profissional**. In: LOPES, E. M. T. et al. (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 205-224.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Mercado de Trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio, RAMALHO, José Ricardo (Org's.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SISTEC. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Acesso em 15/12/2015

TEIXEIRA, Regina C. F. **A passagem do direito ao trabalho para a “empregabilidade”**: a privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. Unimontes Científicas. V.5 n 1 jan / jun, p. 83-94, 2003.

TUMOLO. **Metarmorfoses no Mundo do Trabalho: revisão de algumas linhas de análise**. Educação e Sociedade, Campinas, SP, ano 18, n. 59, p. 331-348, ago. 1997.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR/COORDENADOR DO PROGRAMA
MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Município:
Gestor/Coordenador:
E-mail:
Telefone:

1. Como ocorreu o processo de implementação dos programas de qualificação profissional no município?
2. O município possui um centro próprio de qualificação profissional?
3. Existe alguma Lei/Decreto que regulamente a oferta de cursos profissionalizantes?
4. Quais programas de qualificação nas esferas Federal, Estadual e Municipal são executados no município?
5. Quais são as instituições parceiras para a oferta de cursos no município?
6. Como são escolhidos os cursos que serão realizados?
7. Qual é o perfil dos usuários dos programas de qualificação profissional?
8. Existem condicionalidades para acessar os programas? Como são eleitos os cursistas?

APÊNDICE B

PESQUISA SISTEC: PERFIL DOS CURSISTAS DOS EGRESSOS DO PRONATEC

ANO:	1. 2013	2. 2014	3. 2015	
SEXO:	1. Feminino	2. Masculino		
COR:	1. Preto	2. Pardo	3. Branco	4. Não declarado
ZONA DE RESIDÊNCIA:	1. Urbana	2. Rural	3. Não informado	
ESCOLARIDADE:	1. Fund. I Incompleto 5. Médio Incompleto	2. Fund. I Completo 6. Médio Completo	3. Fund. II Incompleto 7. Superior Incompleto	4. Fund. II Completo 8. Superior Completo
RECEBE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (BTR)	1. Sim, Bolsa Família	2. Não	3. Sim, BPC	
SITUAÇÃO OCUPACIONAL	1. Empregado	2. Desempregado		
CURSO:	1. Agente de informações turísticas 5. Auxiliar de cobrança	2. Agente de observação de segurança 6. Classificador de couro	3. Assistente administrativo	4. Assistente de crédito e cobrança

APÊNDICE C

AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS PÓS-CURSO PRONATEC

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade:

Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Fundamental I incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto |
| <input type="checkbox"/> Fundamental I completo | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Fundamental II incompleto | <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> Fundamental II completo | <input type="checkbox"/> Superior completo |

Zona de residência: () Urbana () Rural

Cor: () Preto () Branco () Pardo () Outros

Ocupação ocupacional:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nunca trabalhou, procura o primeiro emprego | <input type="checkbox"/> Desempregado |
| <input type="checkbox"/> Aposentado | <input type="checkbox"/> Trabalhador autônomo com registro |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador autônomo sem registro | <input type="checkbox"/> Empregado assalariado com registro |
| <input type="checkbox"/> Empregado assalariado sem registro | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Renda: () Sem rendimento () 1 salário mínimo () 2 salários mínimo

Você está estudando () Sim () Não

Após o curso você fez ou está fazendo outro curso de qualificação profissional? () Sim () Não

Após o curso você procurou trabalho? () Sim () Não

Após o curso você está trabalhando? () Sim () Não

Qual a importância do curso de qualificação profissional?